

**MESTRADO
ECONOMIA**

A Condição Socioeconómica Familiar e a Escolha de Licenciatura dos Novos Estudantes do Ensino Superior

Bruna Figueiredo Ferreira

M

2023



FACULDADE DE ECONOMIA



A Condição Socioeconómica Familiar e a Escolha de Licenciatura dos
Novos Estudantes do Ensino Superior

Bruna Figueiredo Ferreira

Dissertação
Mestrado em Economia

Orientado por
Professor Diogo Campos Monteiro de Melo Lourenço

2023

Agradecimentos

Apenas quem acompanhou o meu percurso académico sabe como é gratificante a realização deste sonho. A conclusão desta dissertação, retrata a conquista de um sonho, que se tornou real, após meses de dedicação, determinação e força de vontade.

No entanto, tal não seria possível, sem a presença de algumas pessoas, assim gostaria de prestar reconhecimento pelo apoio e incentivo dado ao longo de todo o meu caminho.

Agradeço, também, ao meu orientador, Professor Diogo Lourenço, pela disponibilidade, profissionalismo, exigência e rigor ao longo do desenvolvimento da presente dissertação.

Ainda, agradeço à Faculdade de Economia do Porto, por se tornar, uma instituição de recordações e ensinamentos que me acompanharão eternamente.

O principal agradecimento é para os meus pais, David Ferreira e Maria Figueiredo, pelo apoio incondicional em todas as fases da minha existência e pelo árduo trabalho para que as minhas conquistas fossem atingidas. Referir-me a vocês é expressar amor, auxílio, honra e inspiração.

Um especial agradecimento, à minha irmã, Catarina Ferreira, que sempre me aconselhou o melhor caminho e serviu sempre de exemplo para uma vida em harmonia. Obrigada por me incentivares e me transmitires a força e a confiança necessárias para um percurso de felicidade e, por me proporcionares momentos de qualidade junto da nossa família.

Resumo

A literatura mostra que a escolha de ingressar ou não no ensino superior está relacionada com o contexto socioeconómico. Por outro lado, a própria escolha de trajeto a seguir no ensino superior também depende daquele. Tudo o resto constante, o estudante procura ingressar no curso que lhe prometa uma vantagem remuneratória futura, versatilidade no percurso de carreira, emancipação, desenvolvimento de aptidões. Neste trabalho tenta-se responder à relação do contexto socioeconómico com a escolha de licenciatura dos novos estudantes do ensino superior. E, por outro lado, pretende-se compreender a perceção dos estudantes relativamente às características do programa, às opiniões alheias, ao fator geográfico e monetário, às expectativas futuras e aos interesses individuais na escolha de uma área de estudo. Para este fim, recolheram-se informações sobre o acesso ao ensino superior dos estudantes, através de um inquérito por questionário, que permitiu alcançar informação granular sobre a motivação e as características dos estudantes na escolha de uma licenciatura. Os resultados vão ao encontro da literatura existente que indica que maior rendimento disponível familiar mensal e uma maior escolaridade dos pais estão associadas melhores notas de acesso ao ensino superior e, conseqüentemente, à inscrição em licenciaturas com melhores perspectivas de emprego. Os resultados permitiram ainda concluir que, estudantes de contexto socioeconómico privilegiado, a sua a perceção relativamente às expectativas futuras e às características do programa são mais importantes no momento da escolha de uma determinada licenciatura. Por outro lado, as opiniões alheias parece não ter tanta interferência na escolha de uma licenciatura. Uma vez que a literatura não aborda esta particularidade espera-se que o trabalho contribua para a literatura existente e uma tomada de decisão mais consciente de todos os intervenientes.

Códigos JEL: I23, I24, I25, I28

Palavras-chave: Ensino Superior, Contexto Socioeconómico, Licenciatura, Política do Governo

Abstract

The literature shows that the choice of whether to enter higher education is related to the socio-economic context. On the other hand, the choice of path to follow in higher education also depends on this. All other things being equal, students seek to enter a course that promises them the best future remuneration, versatility in their career path, emancipation, and the development of skills. However, public policies on access to higher education in Portugal, especially those currently being debated, can deepen inequalities in access.

This paper attempts to answer the question of the relationship between socio-economic background and the choice of degree for new higher education students. On the other hand, the aim is to understand students' perceptions of the characteristics of the program, the opinions of others, the geographical factor, future expectations, and individual interests when choosing a field of study. To this end, information on students' access to higher education was collected through a questionnaire survey, which provided granular information on students' motivation and characteristics when choosing a degree.

The results are in line with the existing literature, which indicates that higher monthly household disposable income and higher parental schooling are associated with better grades for access to higher education and, consequently, enrollment in degrees with better job prospects.

The results also show that students from privileged socio-economic backgrounds perceive their future expectations and the characteristics of the program to be more important when choosing a degree. On the other hand, the opinions of others do not seem to have as much influence on the choice of degree. Since the literature does not address this particularity, it is hoped that the work will contribute to the existing literature and to more informed decision-making by all those involved.

JEL Codes: I23, I24, I25, I28

Keywords: Higher Education, Socio-economic Context, Graduation, Government Policy

Índice

1.	Introdução.....	1
2.	Revisão de Literatura.....	3
2.1.	Benefícios do Ensino Superior	3
2.2.	Sociodemografia e Acesso ao Ensino Superior – O Contexto Económico e Condições de Vida na Europa e em Portugal	5
2.3.	O Ensino Superior em Portugal e no Mundo	9
2.3.1.	Breve História do Ensino Superior Português pós 25 de abril de 1974.....	9
2.3.2.	Caracterização do Ensino Superior Português na Atualidade e Comparação Internacional	13
3.	Estudo Empírico – O Contexto Socioeconómico e a Escolha de Licenciatura de Novos Estudantes no Ensino Superior Português	17
3.1.	Objetivos do Estudo	17
3.2.	Metodologia: Procedimento e Recolha dos Dados	20
3.3.	Estratégia de Análise de Dados	22
4.	Análise Estatística e Interpretação dos Resultados.....	25
4.1.	Caracterização da Amostra.....	25
4.2.	Abordagem Quantitativa e Qualitativa: Análise Estatística Simples.....	31
4.3.	Discussão dos Resultados.....	39
5.	Conclusão do Estudo	43
5.1.	Sumário e Conclusão.....	43
5.2.	Limitações	44
5.3.	Sugestões para Estudos Posteriores.....	45
	Referências Bibliográficas	46
	Legislação	48
	Anexos	49

Índice de Figuras

Figura 1 – Esquema Contexto Socioeconómico (elaboração própria)	17
Figura 2 – Esquema Sexo (elaboração própria).....	17
Figura 3 – Esquema Perspetivas Individuais (elaboração própria)	18

Índice de Tabelas

Tabela 1 – Amostra (elaboração própria).....	26
Tabela 2 – Contexto Socioeconómico.....	29
Tabela 3 – Escolaridade e Profissão dos pais.....	30
Tabela 4 – Estatística Descritiva entre a Escolaridade dos Pais e a Média Ensino Secundário e a Média de Acesso ao Ensino Superior.....	32
Tabela 5 – Escolaridade dos Pais e Área de Estudo.....	32
Tabela 6 – Rendimento Disponível Familiar Mensal e a Média Ensino Secundário e a Média de Acesso ao Ensino Superior.....	33
Tabela 7 – Rendimentos Disponível Familiar Mensal e Área de Estudo.....	33
Tabela 8 – Privação Material e Tensão Económica e Sexo.....	34
Tabela 9 – Privação Material e Tensão Económica e Média de Ensino Secundário e Média de Acesso ao Ensino Superior.....	34
Tabela 10 – Sexo e Área de Estudo.....	35
Tabela 11 – Estatística Descritiva dos Fatores Influenciadores na Escolha da Licenciatura.....	36
Tabela 12 – Fatores Influenciados da Escolha da Licenciatura e o Sexo.....	37
Tabela 13 – Características do Programa e Área de Estudo.....	37
Tabela 14 – Opiniões Alheias e Área de Estudo.....	38
Tabela 15 – Área de Estudo e Fatores Influenciadores.....	38

1. Introdução

A constituição de 1976 e a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia, marcaram a década de 1986 a 1996, originando a triplicação do leque estudantil, fenómeno por muitos descrito como a massificação do ensino superior em Portugal (Neave & Amaral, 2012). Apesar deste processo de alargamento, as desigualdades de acesso entre classes sociais e níveis de rendimento foram persistindo. Desejava-se que a transição de um sistema de elite para um sistema em massa reduzisse a vantagem que os estudantes de classes económicas mais elevadas tinham sobre os estudantes de classes sociais de nível inferior (Sá et al., 2022). Contudo, as desigualdades persistem. De acordo com Sá et al. (2022), por exemplo, os estudantes de classes económicas mais elevadas têm notas de acesso ao ensino superior mais altas facilitando a sua entrada. Por outro lado, a segregação por nível socioeconómico é igualmente clara na escolha do plano de estudos, uma vez que cursos altamente seletivos contam com uma percentagem elevada de estudantes de origens privilegiadas (Sá et al., 2022).

A motivação para o tema desta dissertação deve-se, em grande dimensão, ao facto de o ensino superior estar associado a um vasto leque de vantagens que não são distribuídas igualmente. Inicialmente, o acesso ao ensino superior é um momento de emancipação para os jovens (Figueiredo et al., 2017). A longo prazo, traz benefícios no mercado de trabalho, como melhores salários e maior empregabilidade, comparativamente com os não diplomados. Além disso, a formação superior está associada a vantagens ao nível da saúde e bem-estar, bem como a uma maior sensação de segurança (Figueiredo et al., 2017). De um ponto de vista coletivo, a educação superior está associada a um maior envolvimento social e político, maior capacidade cognitiva de compreender fenómenos sociais, maior confiança e segurança nas instituições (Figueiredo et al., 2017).

Com o propósito de dar resposta à questão de partida: “Em que medida é que os fatores socioeconómicos e demográficos bem como as expectativas futuras influenciam a escolha de licenciatura de novos estudantes no ensino superior português?” realizou-se um inquérito por questionário tendo em vista a recolha de informações sobre as características sociodemográficas, o contexto socioeconómico, bem como o acesso ao ensino superior português e as expectativas futuras dos estudantes. O questionário levou a conclusões relacionadas o desempenho escolar e área de estudo segundo com o contexto socioeconómico e o género. E, os fatores influenciadores segundo o desempenho escolar e área de estudo.

Contudo, ao longo da investigação pretende-se atingir os seguintes objetivos principais:

- Analisar a relação do rendimento familiar e da escolaridade dos pais com a escolha do curso dos estudantes para o ensino superior, em Portugal;
- Pesquisar e identificar padrões entre o contexto socioeconómico, as notas de ingresso e os cursos de inscrição;
- Analisar e fornecer informação sobre os fatores que mais contribuem para a escolha do curso dos candidatos ao ensino superior português como as características do programa, os fatores externos, os fatores geográficos e monetário, as perspetivas futuras, por forma a melhorar a tomada de decisão dos estudantes.

Deste modo, a investigação pretende resultar num estudo consultável, tanto para estudantes como encarregados de educação, como professores e decisores políticos, com o objetivo de ajudar à tomada de decisões mais conscientes e enquadradas com a realidade.

Este trabalho divide-se em 5 capítulos. Seguidamente à introdução, é feita a revisão de literatura no Capítulo 2, desagregada em 3 subcapítulos. No primeiro subcapítulo é feita uma análise dos benefícios do ensino superior. No segundo subcapítulo aborda-se a sociodemografia e o acesso ao ensino superior, mais especificamente o contexto económico e as condições de vida em Portugal e na Europa. Por último, no terceiro subcapítulo denominado de “O Ensino Superior em Portugal e no Mundo” descreve-se brevemente o ensino superior português pós-25 de abril de 1974. Posteriormente, neste subcapítulo é caracterizado o ensino superior português na atualidade e apresentados dados caracterizadores e comparáveis internacionalmente do ensino superior. No Capítulo 3, são apresentados os objetivos de estudo, a metodologia utilizada e a estratégia de análise de dados. Ainda neste capítulo é feita uma macro descrição do inquérito por questionário realizado de forma a obter informação minuciosa sobre as características individuais e familiares do estudante bem como a sua justificação e relevância para as questões de pesquisa que são consideradas. O Capítulo 4 inicia-se com a caracterização da amostra, seguida da análise estatística simples e da discussão dos principais resultados da análise empírica realizada. Por último, no Capítulo 5 são apresentadas as principais conclusões deste estudo e a sua importância, assim como as limitações e possíveis pesquisas futuras.

2. Revisão de Literatura

2.1. Benefícios do Ensino Superior

O ensino superior não é composto apenas por um conjunto de aulas. Os estudantes têm à sua disposição diversos bens e serviços (Figueiredo et al., 2017). Para muitos estudantes é também um momento de emancipação do seu autodomínio e proteção (Figueiredo et al., 2017).

Em concordância com Figueiredo et al. (2017), os benefícios do ensino superior podem ser organizados em 3 grupos. O primeiro grupo considera benefícios económicos como os benefícios salariais e a qualidade de emprego. Os indivíduos com ensino superior usufruem de uma situação laboral mais favorável do que os indivíduos que apenas completam o secundário, sendo visível na maioria dos países da OCDE (OECD, 2022). No geral, um maior nível educacional resulta em melhores rendimentos. Conforme os dados fornecidos pela OECD (2022), os trabalhadores em período integral que concluíram o ensino superior num ciclo curto, em 2020, ganharam 20% a mais do que aqueles que concluíram o ensino secundário. No entanto, esta vantagem tem vindo a diminuir (Oreopoulos & Petronijevic, 2013), devido ao aumento da sobre-educação (Freeman, 1976). Este conceito baseia-se na remuneração desadequada a indivíduos diplomados com um grau elevado de qualificações e de competências adquiridas, em parte, pelo seguimento no Ensino Superior. Implicitamente deve-se à insuficiência de procura de qualificações e competência de nível superior (McGuinness, 2006).

Para além da desigualdade salarial entre aqueles que concluíram o ensino secundário e o ensino superior, ainda permanece a desigualdade salarial entre homens e mulheres, com as mulheres a não ganhar tanto quanto os homens, sendo que a diferença de género nos rendimentos é menor entre os menos qualificados (Figueiredo et al., 2017). Uma das razões para as disparidades salariais entre homens e mulheres com qualificações superiores deve-se à escolha da área de estudo. De acordo com os dados da OECD (2022), os homens são mais direcionados do que as mulheres a estudar nas áreas de ciências, tecnologia, engenharia e matemática, que estão associadas a ganhos mais elevados. Já as mulheres optam por áreas associadas a ganhos relativamente mais baixos como educação, artes e humanidades, saúde e proteção social.

Um outro benefício do ensino superior está relacionado com as taxas de emprego. Observando as taxas de emprego conclui-se que níveis mais elevados de educação reduzem essas diferenças entre género (OECD, 2022). Em Portugal, em 2022, a taxa de desemprego

de indivíduos diplomados do ensino superior é notavelmente mais baixa (4.4%¹) comparativamente com indivíduos menos escolarizados. Ainda, relacionando níveis mais elevados de educação com a qualidade de emprego, verifica-se que os empregos destes indivíduos tendem a ser menos precários (Figueiredo et al., 2017).

Apesar dos benefícios do ensino superior, a entrada no mesmo acarreta custos associados para os estudantes e para as famílias em termos de propinas, rendimentos perdidos e despesas de subsistência, embora haja a possibilidade de apoio financeiro para determinados estudantes (OECD, 2022). No entanto, o investimento em educação superior compensa, uma vez que o crescimento do rendimento esperado mais do que equilibra os custos decorrentes da atividade estudantil e os salários abdicados (Figueiredo et al., 2017).

Sob outro ponto de vista, os benefícios podem ser caracterizados como benefícios não económicos. De acordo com os autores Figueiredo et al. (2017), há uma relação entre a população mais escolarizada e o estado de saúde. Os indivíduos mais escolarizados beneficiam de maior bem-estar, uma vez que tendem a ter “menos comportamentos antissociais, auto ou heterodestrutivos e a participar mais ativamente nos diálogos da comunidade”. De facto, um indivíduo com maior nível de escolaridade adquire mais conhecimentos e aperfeiçoa as suas competências cognitivas e sociais, como a perícia de projetar um caminho profissional, envolver-se num debate ou no processo político, ampliando a satisfação e a acesso atividades desportivas e culturais, e fomentar a tolerância à diferença (Figueiredo et al., 2017).

Completando a lista de benefícios não económicos, existem indicadores que propõem uma correlação positiva entre a educação e a saúde, mesmo que essa relação não seja clara. Os autores Figueiredo et al. (2017), explicam que um maior nível de escolaridade gera oportunidades para melhor saúde, uma vez que indivíduos com maior nível de escolarização tendem a ter melhores resultados no mercado de trabalho e, consequentemente, possuem um menor receio e ansiedade da privação material, dispõem de mais recursos para aceder a melhores cuidados de saúde e hábitos saudáveis. Uma outra explicação remete para o facto de pessoas mais saudáveis terem melhor desempenho escolar e, por conseguinte, alcançarem níveis de educação mais elevados (Figueiredo et al., 2017). Efetivamente, crianças que vivem em condições socioeconómicas desfavorecidas têm resultados escolares inferiores quando

¹ Informação obtida em: [https://www.pordata.pt/portugal/taxa+de+desemprego+total+e+por+nivel+de+escolaridade+completo+\(percentagem\)-1009-8032](https://www.pordata.pt/portugal/taxa+de+desemprego+total+e+por+nivel+de+escolaridade+completo+(percentagem)-1009-8032) acedido a 18 de maio de 2023.

comparadas com crianças que vivem em condições socioeconómicas mais favorecidas (Sá et al., 2022). Logo, os fatores socioeconómicos afetam a educação e a saúde.

Por último, o ensino superior reúne benefícios individuais e sociais. A educação é uma área na qual todos os governos intervêm para financiar ou encaminhar a prestação de serviços, dado que não existe a garantia de que os mercados fornecerão acesso igualitário às oportunidades educacionais, daí a necessidade de garantir uma educação que esteja ao alcance de toda a sociedade (OECD, 2022). O gasto público total com educação representa em média 10.6% do gasto total dos governos nos países da OCDE. No entanto, apenas 27% do gasto público total em educação diz respeito ao nível superior de educação (OECD, 2022). Em 2019, o gasto público total com educação, em Portugal, encontrava-se abaixo da média dos países da OCDE, num total de 10%, sendo que o ensino superior apenas representa 19% deste total (OECD, 2022). No entanto, um maior nível de escolarização estimula um maior rendimento que, por sua vez, gera maior contribuição de impostos e, por último, mais saúde motiva a menores despesas em serviços de saúde (Figueiredo et al., 2017).

2.2. Sociodemografia e Acesso ao Ensino Superior – O Contexto Económico e Condições de Vida na Europa e em Portugal

De acordo com os autores Brooks-Gunn e Duncan (1997), viver em condições de pobreza traz consequências para o presente e futuro das crianças e dos jovens, e ainda custos para a sociedade. As crianças e jovens que vivem em situação de pobreza têm, na generalidade, menor proveito escolar, menor perspectiva de emprego futuro, piores estados de saúde e de habitação, maior dificuldade em manter uma vida social favorável relativamente às crianças e jovens que se situam fora da situação de pobreza. Inclusive, podem eternizar o problema, transferindo-o para gerações futuras, devido à dinâmica autossustentável de pobreza e exclusão social (Wagmiller & Adelman, 2009).

Segundo a ONU², “a pobreza envolve mais do que a falta de rendimentos e recursos produtivos para garantir meios de subsistência sustentáveis. As suas manifestações incluem a fome e a desnutrição, acesso limitado à educação e outros serviços básicos, discriminação e exclusão social, bem como a falta de participação na tomada de decisões”.

² Informação obtida em: <https://unric.org/pt/eliminar-a-pobreza/> acedido a 18 de maio de 2023.

A pobreza pode ser caracterizada como pobreza absoluta ou relativa. De acordo com Todaro e Smith (2009), a pobreza absoluta é a situação de ser incapaz ou mal capaz de suprir as necessidades básicas de subsistência de alimentos, roupa e abrigo. A pobreza relativa trata-se da situação em que uma pessoa é considerada pobre quando se encontra numa situação claramente desfavorável, seja financeira ou socialmente, em relação a outras pessoas do seu meio.

Dado que a pobreza não é um fenómeno estático e a situação de uma pessoa pode mudar com o tempo, o indivíduo pode entrar e sair da pobreza (Diogo et al., 2015). Daí ser importante distinguir entre a pobreza temporária, que ocorre quando os indivíduos entram temporariamente numa amostra de pobreza devido a choques económicos, de pobreza que persista por anos ou por toda a vida do indivíduo e muitas das vezes é transmitida para as gerações futuras (Wagmiller & Adelman, 2009).

Apesar de não existir uma abordagem globalmente homogênea da pobreza, existe a abordagem monetária e a abordagem multidimensional (Santos, 2015). A abordagem monetária da pobreza foca-se apenas num único indicador, por via de regra o rendimento, sendo este o indicador para analisar a posição dos indivíduos em termos de bem-estar em comparação com um padrão mínimo de bem-estar determinado para cada sociedade. A abordagem multidimensional define que a pobreza é um problema complexo e diversificado que atinge, simultaneamente, todas as dimensões ou várias dimensões da vida do indivíduo como o acesso à educação e a serviços de saúde, oportunidades e condições de habitação. Esta última abordagem surge da descrição que Sen (2000) deu à pobreza, considerando-a como falta de rendimento material e monetário, incluindo ainda a privação das capacidades básicas que são necessárias para alcançar um funcionamento mínimo na sociedade em que se vive.

De acordo com a definição do EUROSTAT³, o conceito de privação material e social é a “incapacidade de pagar um conjunto de bens, serviços ou atividades sociais estipuladas, que são apontadas pela generalidade das pessoas como desejáveis ou essenciais para experimentar uma qualidade de vida adequada”. O EUROSTAT estabelece uma lista de treze itens que permitem caracterizar a proporção da população em privação, sete itens

³ Informação obtida em: https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Living_conditions_in_Europe_-_material_deprivation_and_economic_strain#Economic_strain acedido a 18 de maio de 2023.

relacionados com o agregado familiar e seis relacionados com o indivíduo. Os indicadores ao nível do agregado familiar questionam se o agregado tem:

- capacidade de ser confrontado com pagamentos em atraso rendas, prestações de crédito, despesas correntes da residência principal;
- capacidade para pagar uma semana de férias, por ano, fora de casa suportando a despesa de alojamento e viagem para todos os membros do agregado;
- capacidade para enfrentar despesas inesperadas;
- capacidade para pagar uma refeição com carne, peixe, frango, vegetariano ou equivalente a cada dois dias;
- capacidade de manter a casa adequadamente climatizada;
- acesso a um carro para uso pessoal;
- substituir móveis desgastados por um novo.

A nível individual, questiona se:

- tem acesso à internet na sua habitação;
- consegue substituir roupas desgastadas por novas, excluindo roupas em segunda mão;
- tem dois pares de sapatos adequados, incluindo um par de sapatos para todos os climas;
- tem capacidade para gastar uma pequena quantidade de dinheiro, semanalmente, em si mesmo;
- consegue participar, regularmente, em atividades de lazer;
- reúne com amigos ou família para convívio, pelo menos uma vez por mês.

A proporção da população que não consiga pagar cinco ou seis dos treze itens descritos acima define a taxa de privação material e social. Por outro lado, a proporção da população que não consiga pagar sete ou mais dos treze itens define a taxa de privação material e social severa.

Os indicadores de privação material e social complementarmente com a informação sobre a pobreza monetária revelam uma informação importante sobre as condições de vida

da população. A partir dos dados fornecido pelo EUROSTAT⁴, verifica-se que em 2021, 11.9% da população europeia enfrentou privação material e social e 6.3% experimentou privação material e social severa. Relativamente à tensão económica na União Europeia, 54.3% dos adultos solteiros com filhos dependentes não tem capacidade para cobrir despesas financeiras inesperadas e 7.3% da população geral da União Europeia não tem capacidade de pagar uma refeição com carne, peixe, vegetariano ou equivalente, a cada dois dias. Mais de 9% de toda a população da União Europeia viviam em famílias com atrasos em relação a rendas, prestações de crédito, despesas correntes na habitação principal.

Em relação à privação material e social, os dados do EUROSTAT indicam que a população com menos de 18 anos e mulheres em todas as faixas etárias são mais propensas a sofrer de privação material e social severa. Assim sendo, pessoas com 65 anos ou mais registam uma taxa de 5.3% de privação material e social grave, enquanto pessoas com idade compreendidas entre os 18 e 64 anos uma taxa de 6.3% e para menores de 18 anos a maior taxa de 7.5%. Ainda no ano referido, as famílias de adultos solteiros com filhos dependentes são mais frequentemente afetadas por privação material e social grave representando 13.6% da população da União Europeia.

De acordo com o indicador de privação material e social grave verifica-se que, em 2021, o valor de Portugal é de 6%, ou seja, ligeiramente abaixo da média da União Europeia com 6.3%. No entanto, essa percentagem é superior quando comparado com a zona euro que apresenta um valor 5.7%. Analisando, em particular, os indicadores de privação material e social no ano de 2022, observa-se que, em Portugal, 37.2% da população não teve capacidade de pagar uma semana de férias, fora de casa; 36.3% dos indivíduos afirma que não tem capacidade de substituir móveis usados; 29.9% não tem capacidade de suportar uma despesa inesperada e 17.5% não tem capacidade para manter a casa adequadamente climatizada. Por outro lado, é importante referir que, de 2021 para 2022, os indicadores a nível individual ou se mantiveram ou diminuíram. Por último, em Portugal, 19.4% da população portuguesa encontrava-se em situação de pobreza ou de exclusão social, em 2022. A pobreza e exclusão social, em Portugal, tem retrocedido, cerca de 300 mil portugueses abandonaram a situação de pobreza e exclusão social entre 2021 e 2022.

⁴ Informação obtida em: https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Living_conditions_in_Europe_-_material_deprivation_and_economic_strain#Economic_strain acedido a 18 de maio de 2023.

Refletindo, agora, sobre os dados do EUROSTUDENT⁵, nota-se que a situação financeira dos pais influencia o tipo de instituição de ensino superior dos alunos. Em Portugal, 16% dos alunos abaixo da média em termos de situação financeira frequentam universidades, enquanto 21% frequenta não universidades. Relativamente à situação financeira média, 49% dos alunos frequenta universidades e 53% não universidades. Por último, 34% dos alunos acima da média em relação à situação financeira dos pais frequenta universidades, contra 26% de alunos que frequenta não universidades. Daí retira-se que os alunos com melhor situação financeira frequentam universidades e alunos com pior situação financeira frequentam não-universidades.

Os dados apresentados acima alinham-se com o estudo elaborado por Sá et al. (2022), em que os autores afirmam que as notas de ingresso são afetadas pelo contexto socioeconómico. Como as notas de ingresso são afetadas pelo contexto socioeconómico, é provável que notas de ingresso menores estejam associadas a níveis socioeconómicos mais baixos. Portanto, para estudantes de contexto socioeconómico baixo torna-se mais difícil o acesso aos cursos mais seletivo e promissores.

2.3. O Ensino Superior em Portugal e no Mundo

2.3.1. Breve História do Ensino Superior Português pós 25 de abril de 1974

Antes de 1974, o ensino superior em Portugal era social e regionalmente inacessível. Por um lado, eram sobretudo os filhos das classes economicamente e culturalmente favorecidas que ingressavam no ensino superior (Figueiredo et al., 2017). Por outro, existiam apenas 3 centros universitários, Porto, Coimbra e Lisboa. No fim do Estado Novo, as desigualdades no acesso ao ensino superior eram sobretudo sociais e regionais, mais do que entre os sexos (Figueiredo et al., 2017). Aquando da Revolução de 1974, Portugal apresentava um défice de qualificações significativo, cerca de um quarto da população portuguesa⁶ não sabia ler nem escrever.

⁵ Informação obtida em: https://database.eurostudent.eu/drm/?eust_nr=7&e=parent_wealth&fg=e_hei&country_list=PT&Curr=NCU acedido a 25 de maio de 2023.

⁶ Informação obtida em: <https://www.pordata.pt/portugal/taxa+de+analfabetismo+segundo+os+censos+total+e+por+sexo-2517> acedido a 20 de maio de 2023.

O 25 de abril de 1974 é considerado um momento de rompimento na história do ensino superior português, a rutura da natureza elitista, o início de um processo de democratização do ensino (Figueiredo et al., 2017). Posteriormente, a elaboração da constituição de 1976 e alguns princípios consagradas nessa constituição perduraram, como a democracia participativa, autonomia universitária, controlo de qualidade e acesso ao ensino superior (Neave & Amaral, 2012). O princípio da democracia participativa forneceu uma estrutura política aceitável e estável facilitando a tarefa de promulgação detalhada para as universidades e politécnicos, primeiramente na Lei de Autonomia Universitária de 1988 e a sua contraparte politécnica em 1991. Todavia, apenas em 1992, no tratado de Maastricht, inclui-se a educação e o ensino vocacional como uma das 6 áreas sob supervisão comunitária. Assim, a tarefa de desenvolver um sistema adequado de avaliação ou controlo da qualidade foi confiada à liderança universitária dando-lhe autonomia, por forma a controlar a qualidade e o acesso ao ensino superior (Neave & Amaral, 2012).

Os princípios mencionados acima impulsionaram Portugal para a massificação do ensino superior. Durante a década de 1985 a 1995, o leque estudantil do ensino superior português triplicou, passando de cerca de 100 mil estudantes para mais de 300 mil estudantes⁷, estando os valores compreendidos entre 15% a 40% da faixa etária relevante no ensino superior, conforme a classificação do autor Martin Trow (Scott, 2019). Para além disso, a intensidade com que Portugal realizou essa transformação de forma célere permitiu que, em 2002, o ensino superior atingisse valores superiores a 40% da faixa etária relevante, alcançando o estatuto universal (Scott, 2019) e um nível de 50%⁸ de participação bruta⁹ no ensino superior (Magalhães & Amaral, 2007). Assim, Portugal tornou-se um parceiro europeu no esforço de massificação do ensino superior (Neave & Amaral, 2012).

A massificação, o estatuto universal e o nível de 50% de participação bruta justificam-se pelo facto de a sociedade portuguesa cortar laços com um passado agrário. E,

⁷ Informação obtida em: <https://www.pordata.pt/en/Portugal/Enrolled+Students+total+and+by+level+of+education-1002> acessado a 22 de julho de 2023.

⁸ Informação obtida em: <https://www.pordata.pt/portugal/taxa+bruta+de+escolarizacao+por+nivel+de+ensino-434-7644> acessado a 20 de maio de 2023.

⁹ Número de estudantes matriculados no ensino superior face à população em idade normal de frequentar esse nível de escolaridade.

consequentemente, a educação ser considerada uma via de mobilidade social, em vez de uma ameaça ao rendimento da família rural tradicional. Dessa forma, os indivíduos foram atraídos para as cidades, onde as oportunidades tanto no ensino superior quanto na economia estavam obviamente disponíveis, sendo o ensino superior um fator poderoso de mobilização social (Loff & Pereira, 2006). No entanto, a massificação do ensino superior na década de 1980, tornou-se numa fonte de inquietude devido ao custo de crescimento e, consequentemente, a escassez de recursos público (Neave & Amaral, 2012).

Numa outra perspectiva os autores Neave e Amaral (2012), associam a massificação do ensino superior ao neoliberalismo, e à alteração profunda do cenário universitário – a redefinição do seu propósito e a mudança nas relações tanto entre universidade, governo e sociedade como no restabelecimento do equilíbrio histórico de poder entre os estudantes, o poder administrativo e o ensino superior. O neoliberalismo associa-se à defesa de menor intervenção do estado na economia, à incapacidade deste em promover de forma eficiente a alocação de recursos e à ideia de que as falhas do governo são piores do que as falhas de mercado (Andrade, 2019). No ensino superior, este conceito potenciou a remodelação do sistema de ensino superior em torno dos princípios da privatização e a modernização do setor público (Levy & Slancheva, 2007). Existe, ainda, segundo alguns autores, uma outra razão para prestar atenção ao neoliberalismo. Essa razão deve-se precisamente, à divulgação da base ideológica e operacional sobre a qual prossegue a tentativa da europa de criar um sistema multinacional de ensino superior (Neave & Amaral, 2012).

O impulso por uma ampla homogeneidade no sistema de ensino superior na europa (Figueiredo et al., 2017) despoletou a conceção de um sistema multinacional de ensino superior – A Declaração de Bolonha (Neave & Amaral, 2012). Esse marco histórico foi oficializado, através do Decreto-Lei n.º 42/2005, e reformou a Lei de Bases do Sistema Educativo introduzindo o *European Credit Transfer System* (Brooks-Gunn & Duncan) nos ciclos de estudo. Esse sistema alinhou o desempenho e a realização dos estudantes em critérios baseados no esquema europeu de transferência de créditos, embora tais funções fossem fundamentais para certificar a obtenção de nacional. Desde então a dimensão europeia adquiriu um quadro mais sólido através da legislação, estabelecimento de novas normas e a criação de estruturas e disposições partilhadas, aprendizagem e investigação (Figueiredo et al., 2017)

A preocupação com a qualidade de ensino foi crescendo. De forma a ser ultrapassada, aumentou-se o rigor no processo de entrada, implementando requisitos de notas mínimas

nos exames nacionais. E, instituída pelo Estado através do Decreto-Lei n.º 369/2007, de 5 de novembro deu-se início à operação da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior. Em contrapartida foi necessário realizar alterações no panorama da oferta formativa, implementando o Modelo 3|5|8, com licenciaturas mais curtas, a simplificação dos graus concedidos e os tipos de programas em vigor, o chamado Processo de Bolonha. Tudo isto, com o objetivo de alinhar e integrar a oferta do ensino superior português com os restantes países europeus – a criação de um espaço europeu de ensino superior.

Em 2014, foi concebido um programa de ensino superior não conferente de grau académico, designado de curso técnico superior profissional, que equivale ao ciclo de estudos de curta duração associado ao 1.º ciclo previsto no Quadro de Qualificações do Espaço Europeu do Ensino Superior (Europeia, 2018).

O mais recente desafio superado por Portugal, antes da crise pandémica, deve-se à manutenção da rede de ensino e a sua importância para a sociedade. Dado que o número de jovens em idade de aceder ao ensino superior estava a diminuir progressivamente e, portanto, existia a hipótese de a capacidade instalada ser injustificável e a redução da oferta inevitável (Cotrim & Duarte, 2015). Porém, as alterações das normas de entrada no ensino superior durante a crise pandémica juntamente com a possibilidade de estudantes de vias profissionais de ingressarem no ensino superior originou um aumento do número de matriculados no ensino superior português¹⁰.

Por fim, o desafio que Portugal atualmente enfrenta diz respeito “a ações e esforços colaborativos do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior com as instituições de ensino superior que visam aumentar o nível de escolaridade da população portuguesa, capacitando-a com conhecimentos e habilidades empreendedoras, e fortalecendo a conexão entre o mundo académico e os setores empresariais e industriais¹¹”.

¹⁰ Informação obtida em: <https://www.pordata.pt/Portugal/Alunos+matriculados+no+ensino+superior+total+e+por+sexo-1048> acessado a 25 de maio de 2023.

¹¹ Informação obtida em: <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc23/comunicacao/noticia?i=ministra-reforca-a-importancia-das-instituicoes-de-ensino-superior-na-resolucao-dos-desafios-socioeconomicos-e-ambientais> acessado a 12 de setembro de 2023.

2.3.2. Caracterização do Ensino Superior Português na Atualidade e Comparação Internacional

O ensino superior é o nível supremo a que se pode atingir no sistema de educação, prometendo salários mais elevados aos diplomados e melhor empregabilidade, além de potenciar o pensamento e tornar os indivíduos mais autónomos e mais independentes (Figueiredo et al., 2017). A entrada no ensino superior é inteiramente voluntária dado que a educação obrigatória, em Portugal, está compreendida entre os 5 anos até ao 12º ano de escolaridade ou até aos 18 anos.

O ciclo de estudos do ensino superior inclui o nível 5 – qualificação de nível pós-secundário não superior com créditos para prosseguimento de estudos de nível superior, o nível 6 – Licenciatura, o nível 7 – Mestrado e o nível 8 – Doutoramento, conforme o estabelecido no Quadro Europeu de Qualificações¹². Em 2022, 62% dos estudantes matriculados no ensino superior português encontravam-se matriculados numa Licenciatura – 1º ciclo, o ciclo de estudo foco da dissertação.

De acordo com a Direção-Geral do Ensino Superior, todos os 18 distritos de Portugal Continental têm pelo menos Ensino Superior Público, podendo ser Ensino Superior Público Universitário e/ou Politécnico, incluindo a Região Autónoma dos Açores e a Região Autónoma da Madeira. No entanto, existe ainda o Ensino Superior Privado Universitário, o Ensino Superior Privado Politécnico e Ensino Superior Público Militar e Policial. O total de instituições de Ensino Superior em Portugal Continental e nas Regiões Autónomas corresponde a 98 instituições e 5213 cursos maioritariamente instituições de Ensino Superior Público Universitário.

A flexibilidade dos sistemas de ensino superior alterou a visão da educação. A crescente disponibilidade de novos caminhos e modalidades de aprendizagem, como o estudo em tempo parcial e os cursos online proporcionam uma aprendizagem ao longo da vida (OECD, 2022). O número de matriculados no ensino superior português tem vindo a aumentar. De acordo com os dados da PORDATA¹³, em 2003, o número de matriculados tinha atingido

¹² Informação obtida em: https://www.aepf.pt/images/stories/dfp/legislacao/Quadro_Europeu_de_Qualificaes.pdf acessado a 19 de maio de 2023.

¹³ Informação obtida em: <https://www.pordata.pt/portugal/alunos+matriculados+no+ensino+superior+total+e+por+sexo-1048-8485> acessado a 19 de maio de 2023.

o valor mais elevado. Mais recentemente, em 2021 o número de matriculados no ensino superior atingiu um máximo tendo sido superado em 2022 com um número de matriculados no ensino superior português de 433217.

Existem dois motivos subjacentes ao crescimento do número de matriculados no ano de 2021 e 2022. O primeiro motivo deve-se à implementação do Programa XXII do Governo Constitucional (Governo, 2019) que, através do Decreto-Lei n.º 11/2020 de 2 de abril, pressupõe um alargamento do acesso dos estudantes provenientes de vias profissionais de nível secundário para que continuem os estudos no ensino superior. O segundo motivo deve-se à alteração da Lei de Acesso ao Ensino Superior Português devido à condição pandémica vivida no respetivo período. De acordo com a norma 01/JNE/2021 da Direção-geral da Educação, os estudantes não se encontravam abrangidos pela obrigatoriedade de realização de exames nacionais para ter o grau correspondente ao ensino secundário (Soeiro et al., 2021), exceto se exigida para aprovação de disciplinas e conclusão do ensino secundário, para a melhoria da classificação final da disciplina e para efeitos de acesso ao ensino superior casos os estudantes elegessem como provas de ingresso (Soeiro et al., 2021).

Relativamente aos padrões de entrada por área de estudo, eles revelam uma forte tendência de género. Embora o número de mulheres entre os novos estudantes do ensino superior tenha ultrapassado o número de homens, em média nos países da OCDE, as mulheres ainda estão pouco representadas nas áreas de ciências, tecnologia, engenharia e matemática (Brennan) e muito representadas na saúde e bem-estar e educação em todos os níveis (Figueiredo et al., 2017). Em média, nos países da OCDE, em 2020, 21% dos novos estudantes nos programas de ensino superior nas áreas de ciências, tecnologia, engenharia e matemática de ciclo curto eram mulheres (OECD, 2022). No outro extremo, as mulheres ultrapassam os homens em áreas como a saúde e bem-estar, embora esse desequilíbrio diminua a cada nível de educação adicional.

Para além de padrões de entrada por área e género existem áreas de ensino que têm mais novos estudantes do que outras. De acordo com os dados disponibilizados pela OECD (2022), em 2020, um quarto dos novos estudantes, em média, nos países da OCDE e em todos os níveis de ensino superior, optou por estudar em áreas relacionadas com os negócios, administração e direito. Nos países da OCDE, em média, cerca de 15% dos novos estudantes do ensino superior matricularam-se em cursos de engenharia, indústria e construção e 14% em saúde e bem-estar, 10% ingressaram em artes e humanidades e, aproximadamente, a

mesma proporção escolheu ciências sociais, jornalismo e informação (OECD, 2022). Os padrões de entrada por área de ensino podem estar associados às ações implementadas pelo governo através de incentivos em se matricular. E, devido aos benefícios em termos de emprego e rendimento como é o caso da área de saúde e bem-estar, que regista altas taxas de emprego (OECD, 2022).

Ainda relativamente à entrada no ensino superior, esta pode ser influenciada pelo nível de escolaridade dos pais. Os dados obtidos no EUROSTUDENT¹⁴ indicam que 51% dos estudantes que ingressam em universidades os pais têm formação no ensino superior. Em contrapartida, 73.8% dos estudantes que ingressam no ensino superior em não universidades os pais não têm formação no ensino superior.

As taxas de conclusão do ensino superior podem revelar a competência dos sistemas de ensino superior, dado que demonstram a proporção de estudantes que ingressam numa licenciatura, mestrado integrado ou bacharelato de ensino superior e o concluem. Por outro lado, taxas de conclusão baixas não implicam o contrário, pois os estudantes podem abandonar um programa por diversos motivos, desde a escolha inadequada do curso, custos elevados ou oportunidades de emprego atraentes antes de ingressar no ensino superior. Portanto, múltiplos fatores podem afetar as taxas de conclusão (OECD, 2022). Em Portugal, a taxa de conclusão dentro da duração teórica das mulheres corresponde a 42.5% e dos homens 31.6%, a taxa de conclusão teórica mais três anos das mulheres corresponde a 78.9% e dos homens 63.2%, seguindo a regra dos países da OCDE (OECD, 2022). Estas diferenças podem ser explicadas pelos diferentes retornos do ensino superior por género. Embora as taxas de emprego sejam mais elevadas para os adultos com ensino superior do que para os que concluíram o ensino secundário, essa diferença não se manifesta entre géneros. Porém, a média das taxas de emprego para homens com educação superior são apenas 5 pontos percentuais mais altas, nos países da OCDE, do que para aqueles com ensino secundário, enquanto a diferença para as mulheres é de 15 pontos percentuais (OECD, 2022). As taxas de conclusão podem ainda variar de acordo com a área de estudos que os estudantes ingressam. As diferenças entre as taxas de conclusão por área de estudo estão relacionadas com as oportunidades do mercado de trabalho. As áreas que são fortemente regulamentadas

¹⁴ Informação obtida em: https://database.eurostudent.eu/drm/?eust_nr=7&e=edupar_isced0_4&fg=e_hei&country_list=PT&Curr=NCU acessado a 25 de maio de 2023.

e as qualificações são relevantes, os estudantes têm maior incentivo em concluir os estudos, como profissões em educação, saúde e bem-estar.

Em suma, a evolução do ensino superior português e no mundo, até à atualidade, permitiu olhar para os estudos académicos como uma via de mobilidade social. Parte dessa motivação deve-se não só pelos benefícios económicos associados, mas também pelos benefícios não económicos bem como os individuais e sociais (Figueiredo et al., 2017). No entanto, existem determinantes que podem afetar a decisão de frequentar ou não o ensino superior como o contexto socioeconómico ou a privação material e tensão económica assim como a escolaridade dos pais influenciam as notas de acesso ao ensino superior, o tipo de instituição e o número de matriculados. Ademais, os padrões de entrada e as taxas de conclusão são determinadas pelo género e pela área de estudo. Portanto, desde a empregabilidade, qualidade, reputação e posição do programa até à localização, opiniões alheias e custo do estudo, bem como o desenvolvimento de aptidões, versatilidade dos percursos de carreira e vantagem remuneratória futuro ou até mesmo a vocação e a emancipação e independência têm impacto na hora de escolher uma determinada licenciatura, mestrado integrado ou bacharelato no ensino superior.

3. Estudo Empírico – O Contexto Socioeconómico e a Escolha de Licenciatura de Novos Estudantes no Ensino Superior Português

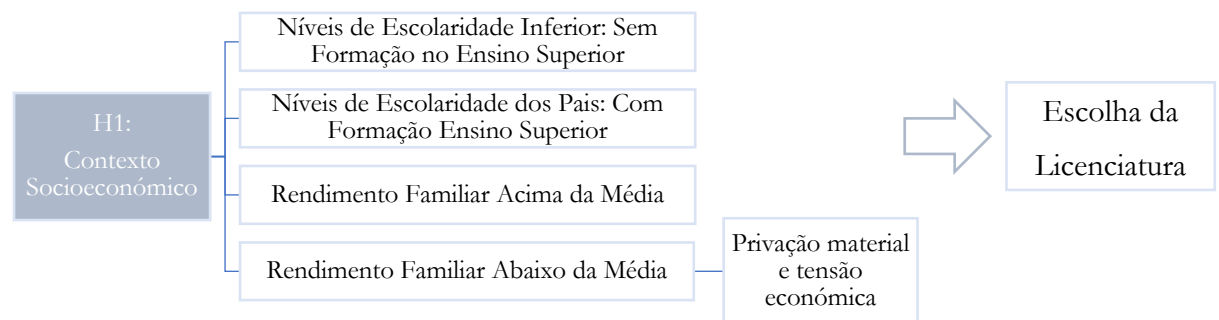
O presente capítulo encontra-se estruturado em três subcapítulos. No primeiro subcapítulo identificam-se os objetivos do estudo e exploram-se as questões em análise. No segundo subcapítulo realiza-se uma breve exposição dos aspetos fundamentais da metodologia adotada para a investigação e uma macro descrição do inquérito. No último subcapítulo, avança-se para a exposição dos testes utilizados.

3.1. Objetivos do Estudo

O objetivo geral do estudo é identificar os determinantes socioeconómicos, demográficos e os fatores que mais contribuem para a escolha de uma licenciatura, mestrado integrado ou bacharelato de novos estudantes. Os objetivos específicos são:

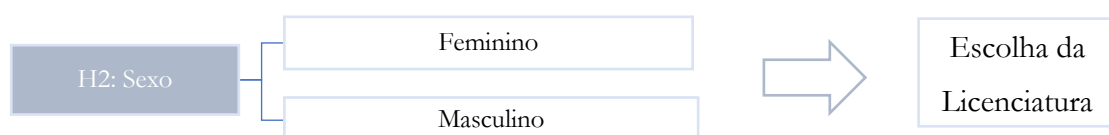
- Analisar a relação do contexto socioeconómico através da escolaridade dos pais e do rendimento disponível familiar com a escolha da licenciatura dos estudantes para o ensino superior, em Portugal. Para melhorar a compreensão desenhou-se o seguinte modelo:

Figura 1 – Esquema Contexto Socioeconómico (elaboração própria)



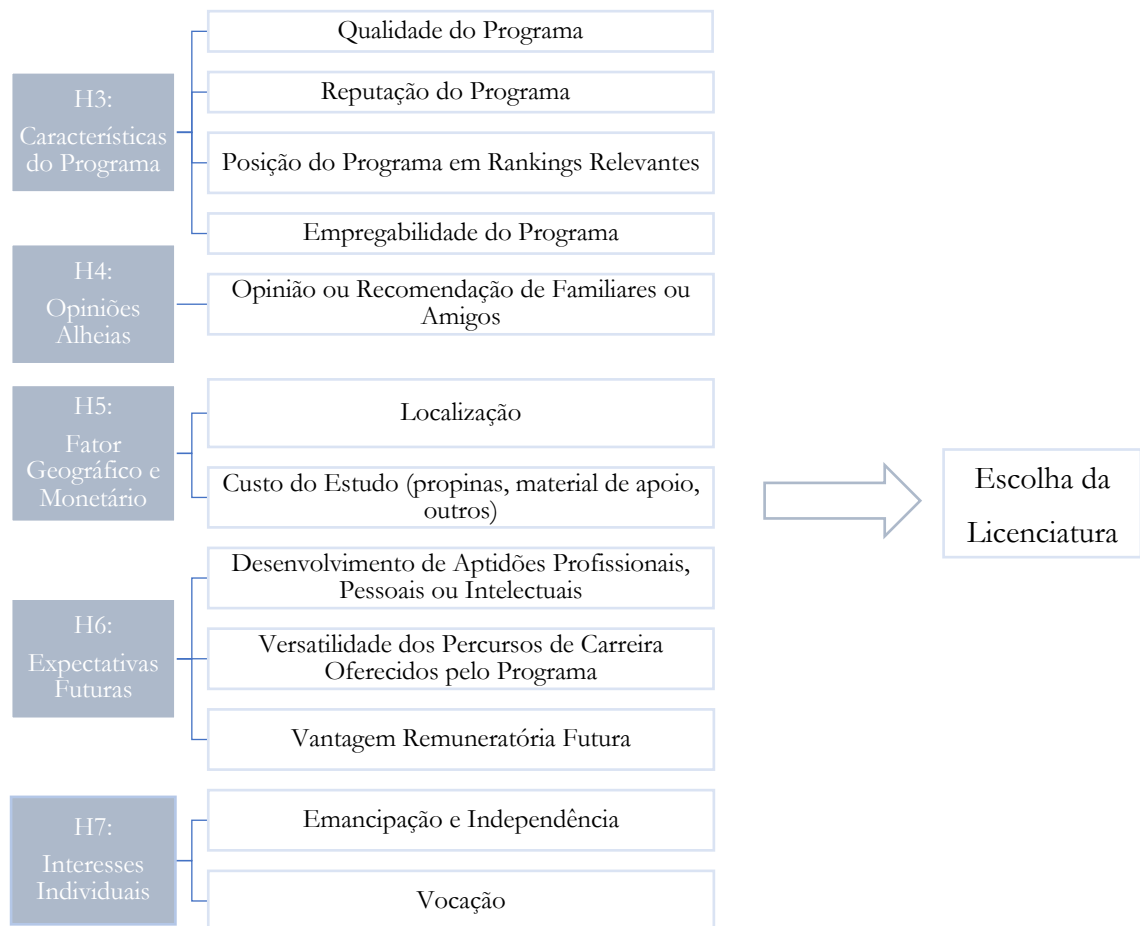
- Pesquisar e identificar padrões de sexo entre o contexto socioeconómico, as notas de ingresso e os cursos de inscrição. Segue-se o modelo para melhor demonstração:

Figura 2 – Esquema Sexo (elaboração própria)



- Analisar e fornecer informação sobre os fatores que mais contribuem para a escolha do curso dos candidatos ao ensino superior português. Estes fatores incluem as características do programa como a qualidade, a reputação, a empregabilidade e a posição do programa em rankings; a opinião ou recomendação de familiares e amigos; o fator geográfico e monetário como a localização e o custo de estudar no ensino superior; as expectativas futuras como o desenvolvimento de aptidões profissionais, pessoais ou intelectuais, a versatilidade dos percursos de carreira oferecidos pelo programa e a vantagem remuneratória futura; e, por fim, a influência dos interesses individuais como a emancipação e independência e a vocação. O modelo que se segue tem como propósito melhorar a compreensão dos fatores descritos.

Figura 3 – Esquema Perspetivas Individuais (elaboração própria)



Nos modelos acima expostos todas as variáveis à esquerda funcionam como variáveis explicativas da escolha da licenciatura. As hipóteses propõem a presença de uma relação de

efeito positivo ou negativo de uma variável sobre a outra (variável independente e variável dependente) ou uma relação de influência entre variáveis (de Oliveira & Ferreira, 2014).

O contexto socioeconómico tem várias dimensões e, duas dessas dimensões, podem ser medidas pelo rendimento familiar e pela escolaridade dos pais. Segundo os dados obtidos no EUROSTUDENT, a escolaridade dos pais influencia o tipo de instituição em que o estudante ingressa. E, ainda, os autores Sá et al. (2022) afirmam que os estudantes de origem socioeconómica desfavorecida têm notas de ingresso inferiores e, consequentemente, ingressam em cursos em que as notas de ingresso são mais baixas. Portanto, conforme os autores, o nível de escolaridade dos pais e o rendimento familiar são bons medidores do contexto socioeconómico dos estudantes. Daí testar as seguintes hipóteses:

H1: O contexto socioeconómico influencia a escolha de uma determinada licenciatura.

H1A: Estudantes de origem socioeconómica desfavorecida¹⁵ têm notas de ingresso mais baixas.

H1A1: Estudantes que vivam em situação de privação material e social têm notas de ingresso mais baixas. Notas de ingresso mais baixas influenciam a escolha de uma licenciatura.

Segundo os dados da OECD (2022), os padrões de entrada por área de estudo revelam uma forte tendência de sexo. Dado isto, será testada a seguinte hipótese:

H2: O sexo influencia a escolha da licenciatura.

H2A: Ser do sexo feminino influencia as notas de ingresso ao ensino superior e a área de estudo. Logo, influencia a escolha da licenciatura.

Por fim, a escolha da licenciatura é influenciada por diversos fatores, todos eles avaliados subjetivamente pelos inquiridos numa escala de *likert* de 1 a 5, sendo 1 – Nada Importante e 5 – Muito Importante. Desse modo serão testadas as seguintes hipóteses:

H3: As características do programa influenciam a escolha da licenciatura.

H3A: Os estudantes tomam em consideração a qualidade do programa quando escolhem a licenciatura.

¹⁵ A origem socioeconómica desfavorecida tem por base o rendimento médio disponível das famílias portuguesas num determinado ano. Neste caso, refere-se a rendimentos inferiores ou iguais a 38735,2 euros por ano. O contrário acontece quando se menciona origem socioeconómica favorecida, ou seja, refere-se a rendimentos superiores a 38735,2 euros por ano. Informação obtida em <https://www.pordata.pt/portugal/rendimento+medio+disponivel+das+familias-2098>, acedido a 06 de julho de 2023.

H3B: Os estudantes tomam em consideração a reputação do programa quando escolhem a licenciatura.

H3C: Os estudantes tomam em consideração a posição do programa em rankings relevantes quando escolhem a licenciatura.

H3D: Os estudantes tomam em consideração a empregabilidade do programa quando escolhem a licenciatura.

H4: As opiniões alheias influenciam a escolha da licenciatura.

H4A: Os estudantes tomam em consideração a opinião ou recomendação de familiares e/ou amigos quando escolhem a licenciatura.

H5: O fator geográfico e monetário influencia a escolha de uma determinada licenciatura.

H5A: Os estudantes tomam em consideração a localização quando escolhem a licenciatura.

H5B: Os estudantes tomam em consideração os custos esperados quando escolhem a licenciatura.

H6: As expectativas futuras influenciam a escolha de uma determinada licenciatura.

H6A: Os estudantes tomam em consideração o desenvolvimento de aptidões profissionais, pessoais ou intelectuais quando escolhem a licenciatura.

H6B: Os estudantes tomam em consideração a versatilidade dos percursos de carreira oferecidos pelo programa quando escolhem a licenciatura.

H6C: Os estudantes tomam em consideração a vantagem remuneratória futura quando escolhem a licenciatura.

H7: Os interesses individuais influenciam a escolha de uma determinada licenciatura.

H7A: Os estudantes tomam em consideração a emancipação e a independência quando escolhem a licenciatura.

H7B: Os estudantes tomam em consideração a vocação quando escolhem a licenciatura.

3.2. Metodologia: Procedimento e Recolha dos Dados

Para testar as hipóteses descritas anteriormente, elaborou-se um inquérito por questionário (Anexo I). O objetivo do inquérito é obter informação granular e fina sobre as características individuais e familiares dos candidatos, características socioeconómicas como o rendimento familiar, a privação material ao nível do agregado familiar e ao nível do indivíduo inquirido bem como a escolaridade dos pais e, ainda, as expectativas futuras. A técnica de amostragem usada foi a amostragem por conveniência.

O questionário foi divulgado em faculdades da Universidade do Porto, como a Faculdade de Economia da Universidade do Porto (FEP), Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, entre outras, através do *e-mail* institucional U. Porto, onde todos os estudantes tiveram a possibilidade de participar na investigação, via questionário *online*. A divulgação do questionário também foi feita também na Universidade Portucalense Infante Dom Henrique para toda a comunidade estudantil da mesma, via questionário *online*. A seleção destas instituições de ensino deve-se à necessidade de recolher dados de, pelo menos, uma instituição pública e privada. Por último, houve também uma divulgação informal para a família e amigos através das minhas redes sociais.

O inquérito por questionário, denominado de “Acesso ao Ensino Superior”, tem como objetivo recolher informação para o presente estudo. O inquérito por questionário é constituído, primeiramente por uma breve introdução do tema da dissertação juntamente com comunicado de confidencialidade na recolha e tratamento de dados e o devido agradecimento aos inquiridos pela sua colaboração (Anexo I). De seguida, o questionário composto por 87 questões está dividido em 6 grupos: dados sociodemográficos, dados sobre o agregado familiar, informação sobre a vida académica no ensino superior português, expectativas futuras e, por último, contexto económico do indivíduo.

O primeiro grupo tem como objetivo recolher dados sociodemográficos dos respondentes e filtrar a amostra de participantes. Este grupo contém questões que procuram medir variáveis como a idade, o sexo e a naturalidade e uma quarta questão que pretende averiguar se o participante está ou alguma vez esteve inscrito no ensino superior português.

O grupo seguinte, denominado de “Agregado Familiar”, tem como foco a caracterização da experiência profissional do agregado familiar, através de informação sobre o número de indivíduos que pertencem ao agregado familiar, quantos auferem rendimentos e a situação profissional dos mesmos, aquando da inscrição no ensino superior português do inquirido. Além disso, no que respeita ao pai e à mãe do inquirido pretende-se caracterizar o nível de escolaridade mais elevado concluído de ambos.

O terceiro grupo do questionário, intitulado de “Ensino Superior Português”, pretende identificar componentes fundamentais sobre a licenciatura, mestrado integrado ou bacharelato em que o inquirido se inscreveu pela primeira vez no ensino superior português. Através de questões como o ano letivo, a instituição, o nome do curso e a fase de candidatura bem como a média de acesso ao ensino superior, as provas de ingresso necessárias e as respetivas classificações. Também foi questionado ao inquirido se durante o período letivo

habitou com o seu agregado familiar. Por fim, procurou compreender-se qual a situação do estudante perante a licenciatura, mestrado integrado ou bacharelato em que se inscreveu pela primeira vez, em Portugal, com o intuito de obter informação sobre a taxa de conclusão dos estudantes e de interrupção do ensino superior.

O quarto grupo designado de “Ensino Superior Português (mais recente)”, surge caso o inquirido tenha respondido que se inscreveu noutra licenciatura, mestrado integrado ou bacharelato. O objetivo do grupo é idêntico ao do grupo anterior, apesar de ter como base de análise o 1º ciclo em que o estudante tenha estado inscrito mais recentemente.

No quinto grupo nomeado de “Expectativas Futuras”, procurou-se conhecer as expectativas sobre a licenciatura, mestrado integrado ou bacharelato dos estudantes. A fim de observar o impacto das expectativas do inquirido, no momento de escolha, utilizou-se os seguintes fatores: as características do programa, as opiniões alheiras, o fator geográfico e monetário, as expectativas futuras e os interesses individuais. Estes fatores foram classificados pelos inquiridos através de uma escala de *likert*. É de salientar que a questão descrita acima foi adaptada de uma tese de Doutoramento denominada de “Avaliação da Satisfação dos Estudantes: para uma Gestão Excelência num Estabelecimento de Ensino Superior na VIª Região académica – Angola (Gaspar, 2021).

O último grupo do questionário, apelidado de “Contexto Económico”, centrou-se num conjunto de indicadores definidos pela OCDE, que pretendem medir a privação material e tensão económica do agregado familiar e a nível individual. A análise tem por base os critérios adotados pela EUROSTAT, para quantificar a proporção da amostra que sofre com privação material e tensão económica e privação material e tensão económica severa. Por fim, a última questão pretende obter informação sobre o rendimento disponível líquido do agregado familiar (do trabalho, de investimentos ou propriedades, de transferências sociais ou de outras fontes), incluindo subsídio de férias e de Natal, aquando da inscrição numa licenciatura, mestrado integrado ou bacharelato do inquirido.

3.3. Estratégia de Análise de Dados

Após a exportação e codificação da base de dados foi necessário proceder-se à criação de uma nova variável, a média de acesso ao ensino superior. Para esse cálculo assumiu-se que 65% corresponde à média do ensino secundário e 35% à média das notas de ingresso. Também foi necessário criar a variável, escolaridade dos pais, em que pelo menos o pai ou a mãe têm formação no ensino superior.

Ainda, foi crucial agrupar as licenciaturas por áreas de estudo. Todas as licenciaturas estão agrupadas de acordo com as áreas de estudo definidas DGES¹⁶. No entanto, foi necessário condensar as áreas de estudo para uma melhor representatividade estatística, em conformidade com os autores Sá et al. (2022). Dessa forma, na área de estudo denominada de “Ciências Naturais, Matemática e Informática” incorporou-se licenciaturas que dizem respeito à área das ciências da vida, das ciências físicas, das ciências veterinárias e, ainda, as áreas de matemática e estatística e informática. As áreas de “Artes e Humanidades” agruparam-se. Ainda, na área de estudo intitulada de “Engenharia, Indústria e Construção” agrupou-se as áreas de estudo de Engenharia, Indústrias Transformadoras, Arquitetura e Construção. Na área de estudo designada de “Ciências Sociais, Negócios e Direito” integrou-se as seguintes áreas de estudo ciências sociais e do comportamento, ciências empresariais e direito. Não se agrupou a área de estudo “Saúde” dada a sua representatividade estatística. Por último, na área de estudo “Outros” agruparam-se as áreas de estudo de Agricultura, Silvicultura e Pescas, Serviços Pessoais, Serviços de Segurança e formação de professores devido à pouca representatividade estatística.

No que concerne à variável privação material e tensão económica, esta foi calculada através da soma do número de itens em que os indivíduos afirmam ter dificuldade. Considera-se ausência de privação material e tensão económica quando a soma não excede 4 itens. Quando a soma é de 5 e 6 itens, considera-se privação material e tensão económica, e quando ultrapassa os 7 itens, designa-se de privação material e tensão económica severa.

Além disso, foram criadas variáveis adicionais. A variável “características do programa” surgiu do agrupamento da variável qualidade do programa, reputação do programa, posição em rankings relevantes e empregabilidade. A variável “fator geográfico e monetário” diz respeito à localização e ao custo do estudo. A variável “perspetivas futuras” refere-se ao agrupamento das seguintes variáveis: desenvolvimento de aptidões profissionais ou intelectuais, a versatilidade do programa e a vantagem remuneratória. A variável “interesses individuais” compreende tanto emancipação, independência quanto a vocação. Os estudantes classificaram estes fatores usando uma escala de *likert* para mensurar a sua percepção individual.

¹⁶ Informação obtida em: <https://www.dges.gov.pt/guias/indarea.asp?area=22>, acedido a 04 de setembro de 2023.

O teste T, teste de amostras independentes, foi utilizado para comparar a média de ensino secundário e a média de acesso ao ensino superior segundo a escolaridade dos pais e segundo o sexo. O mesmo teste foi também utilizado para comparar as características do programa, as opiniões alheias, o fator geográfico e monetário e, ainda, as expectativas futuras e os interesses individuais segundo o sexo. Este teste foi ainda aplicado para comparar as opiniões alheias segundo o género. A escolha deste teste teve por base o teorema do limite central, dado que os grupos têm uma dimensão da amostra superior a 30.

O teste Qui-Quadrado foi aplicado para estudar a associação entre a escolaridade dos pais e área de estudo e entre o sexo e a área de estudo, após se verificar o cumprimento dos pressupostos deste teste. Para estudar a relação entre o rendimento disponível familiar mensal e a área de estudo foi utilizado o teste Fisher dado que o pressuposto do teste Qui-Quadrado não foi cumprido (existia uma percentagem de células com um valor esperado inferior a 5 e superior a 20%).

A correlação de *Spearman* foi aplicada para estudar a relação entre o rendimento disponível familiar mensal e a média de ensino secundário e a média de acesso ao ensino superior, tendo em conta que o rendimento disponível familiar mensal é uma variável ordinal. Para estudar a relação entre a privação material e tensão económica com a média de ensino secundário e a média de acesso ao ensino superior foi também aplicado a correlação de *Spearman*, dado que a privação material e tensão económica é uma variável ordinal.

O teste de *Kruskal-Wallis* foi aplicado para comparar a privação material e tensão económica segundo a área de estudo, visto que a privação material e tensão económica é uma variável ordinal. Por último, este teste foi ainda aplicado para analisar as características do programa, as opiniões alheias, o fator geográfico e monetário, as expectativas futuras e os interesses individuais segundo as áreas, dado que o pressuposto da distribuição normal não está presente.

Para efetuar a análise dos resultados por itens foram determinadas as frequências absolutas, a média e o desvio padrão. A mediana (Md) e a amplitude interquartil (AIQ) foram utilizadas para resumir e descrever conjuntos de dados como as características do programa, opiniões alheias, fator geográfico e monetário, expectativas futuras e interesses individuais, de forma a observar a tendência central e a variabilidade dos dados.

Toda a análise estatística foi efetuada com recurso ao Excel versão 16.76 e ao SPSS *Statistics* versão 29 e o nível de significância utilizado foi de 5%, exceto quando informado.

4. Análise Estatística e Interpretação dos Resultados

O presente capítulo apelidado de “Análise e Interpretação dos Resultados” será dividido em dois subcapítulos. No primeiro subcapítulo caracterizam-se os participantes de acordo com os dados sociodemográficos, os dados sobre o percurso no ensino superior português, bem como seu contexto económico familiar e individual. No segundo subcapítulo apresentam-se as correlações descobertas e os principais resultados do estudo. No terceiro capítulo, a discussão dos resultados.

4.1. Caracterização da Amostra

A população em análise, alvo do inquérito por questionário disponibilizado via *online*, tinha como condição primária ter frequentado ou frequentar o ensino superior português.

O inquérito foi preenchido por vários indivíduos, totalizando um conjunto de 473 respostas completas, sendo que 8 indivíduos responderam que não tinham frequentado ou não frequentavam o ensino superior português. Portanto, o número de respostas completas válidas para o estudo corresponde a 465. Dos inquiridos 319 pessoas correspondem ao sexo feminino representando 68.6% da amostra. Segundo dados da PORDATA¹⁷, em Portugal, em 2022, 53.96% dos alunos matriculados no ensino superior eram do sexo feminino. Ainda 138 dos inquiridos responderam ser do sexo masculino e 8 indivíduos preferiram não responder. A média de idade dos inquiridos é de 25 anos, tendo o inquirido mais velho 65 anos e o mais novo 18 anos. Em relação à naturalidade observa-se que 253 estudantes pertencem ao distrito do Porto (54.4%), 54 estudantes ao distrito de Aveiro (11.6%) e 49 estudantes ao distrito de Braga (10.5%). Relativamente ao ano da primeira matrícula, 46 estudantes responderam que se inscreveram até 2010, 58 estudantes matricularam-se entre 2010 e 2015, 241 matricularam-se entre 2015 e 2020 e 118 estudantes a partir de 2020. O tipo de instituição de ensino superior mais frequentado pelos estudantes é público universitário com 87.4%, de seguida público politécnico com 6.3% e privado universitário com 5.4%, por último com apenas 0.9% privado politécnico. Segundo os dados da

¹⁷

Informação

obtida

em:

<https://www.pordata.pt/Portugal/Alunos+matriculados+no+ensino+superior+total+e+por+sexo-1048>

accedida a 13 de agosto de 2023.

PORDATA¹⁸, 81.07% dos alunos matriculados no ensino superior português, em 2022, frequentam o ensino público e 18.93% frequentam o ensino privado. Relativamente à situação habitacional em períodos letivos, conclui-se que 69.5% dos inquiridos encontram-se na residência habitual. Segundo Lourenço et al. (2020), 54.2% dos inscritos no ensino superior entre 2008 e 2015 eram voluntariamente ou involuntariamente imóveis, i.e., estavam inscritos numa instituição da sua área de residência. Os restantes estudantes da amostra, cerca de 30.5% encontravam-se deslocados da sua residência habitual. Ainda segundo os autores Lourenço et al. (2020), 45.8% de estudantes são voluntariamente ou involuntariamente móveis. Durante o período letivo, os respetivos, habitavam maioritariamente em casa arrendada correspondendo a 63.1%, residência universitária a 21.3%, casa de familiares a 7.1% e 8.5% dos estudantes respondeu “outro”. No que diz respeito ao número de bolseiros do ensino superior da amostra verifica-se que 37.2% tem bolsa de estudo contra 62.8% de estudantes sem bolsa de estudo. Segundo os dados da Direção Geral do Ensino Superior (Gonçalves et al., 2021), no ano letivo 2020-2021, 22.8% dos inscritos em formação inicial (licenciatura e mestrado integrado) eram bolseiros. Em referência à situação do inquirido perante a licenciatura, mestrado integrado ou bacharelato apura-se que 224 dos inquiridos encontravam-se ainda a estudar (47.4%). Dos 465 inquiridos apenas 173 já tinham concluído (36.6%). Além disso, 14.4% dos inquiridos interromperam os estudos por diversos motivos desde insucesso, dificuldade, demasiado dispendioso, não ser a primeira opção e especialmente não estar de acordo com as expectativas dos estudantes.

Tabela 1 – Amostra (elaboração própria)

		N	%	% Segundo fontes utilizadas
Sexo	Feminino	319	68.6	53.96% (PORDATA)
	Masculino	138	29.7	46.04% (PORDATA)
	Prefiro não responder	8	1.7	
	Total	465	100	
Idade	Até 20 anos	105	22.6	
	De 21 a 30 anos	294	63.2	
	Mais de 30 anos	66	14.2	
	Total	465	100	
Situação Profissional	Trabalhador-estudante	7	1.5	
	Estudante	440	94.6	
	Outro	18	3.9	
	Total	465	100	
Naturalidade	Aveiro	54	11.6	

¹⁸ Informação obtida em: <https://www.pordata.pt/portugal/alunos+matriculados+no+ensino+superior+total+e+por+subsistema+de+ensino-1017-8150> acedido a 13 de agosto de 2023.

	Braga	49	11.5	
	Bragança	3	0.6	
	Castelo Branco	2	0.4	
	Coimbra	9	1.9	
	Évora	2	0.4	
	Guarda	3	0.6	
	Leiria	6	1.3	
	Lisboa	8	1.7	
	Porto	253	54.4	
	Santarém	5	1.1	
	Setúbal	2	0.4	
	Viana do Castelo	7	1.5	
	Vila Real	11	2.4	
	Viseu	18	3.9	
	R.A. da Madeira	5	1.1	
	R.A. dos Açores	10	2.2	
	Outro	18	3.9	
	Total	465	100	
Ano da 1ª Matrícula	Até 2010	46	9.9	
	De 2010 a 2015	58	12.5	
	De 2015 a 2020	241	52.1	
	A partir de 2020	118	25.5	
	Total	463	100	
Tipo de Instituição de Ensino Superior	Público Universitário	403	87.4	81.07% instituições públicas (PORDATA) 18.93% instituições privadas (PORDATA)
	Público Politécnico	29	6.3	
	Privado Universitário	25	5.4	
	Privado Politécnico	4	0.9	
	Total	461	100	
Deslocado na 1ª Matrícula	Sim	142	30.5	45.8% (Lourenço et al., 2020)
	Não	323	69.5	54.2% (Lourenço et al., 2020)
	Total	465	100	
Se sim, onde?	Casa de Familiares	10	7.1	
	Casa Arrendada	89	63.1	
	Residência Universitária	30	21.3	
	Outro	12	8.5	
	Total	141	100	
Bolsa de Estudo	Sim	173	37.2	22.8% (DGES)
	Não	292	62.8	
	Total	465	100	
Conclusão do Ensino Superior	Em curso	224	47.4	
	Interrompido	68	14.4	
	Concluído	173	36.6	
	Total	465	100	

A respeito da composição familiar da amostra, 204 estudantes afirmaram pertencer a um agregado com 4 elementos (44%), 142 estudantes a uma família com 3 elementos (31%), 63 com 5 elementos (14%), 32 com 2 elementos (7%), 15 com mais de 5 membros familiares (3%), 6 com 1 (1%). A média é de 4 pessoas. Segundo dados da PORDATA¹⁹, em 2022, o

¹⁹ Informação obtida em: <https://www.pordata.pt/portugal/dimensao+media+dos+agregados+domesticos+privados-511> acessado a 15 de agosto de 2023.

número de pessoas que compõem, em média, os agregados familiares portugueses é de 3 pessoas, no entanto, não dispomos de informação sobre o número médio de agregados com pelo menos um filho. Em relação ao número de indivíduos do agregado familiar que auferem rendimentos (salários, pensões, juros, rendas e outras fontes) verifica-se que 8 estudantes afirmam que nenhum indivíduo auferir rendimentos (2%). Esta observação pode dever-se ao facto de estar implícito as transferências do estado às famílias, ou aquando da inscrição no ensino superior o agregado familiar passar por desemprego temporário. Ainda, 100 estudantes indicam que apenas 1 membro familiar auferir rendimentos (22%), 312 estudantes mencionam que 2 elementos do agregado familiar auferir rendimentos (67%), 37 referem que 3 elementos auferir rendimentos e, por último, apenas 8 estudantes indicam que 4 membros do agregado familiar auferir rendimentos. A média relativa ao número de indivíduos do agregado que auferir rendimentos é de 2 indivíduos. No que diz respeito à privação material e tensão económica, utilizando o indicador de privação material e social adotado pelo EUROSTAT averigua-se que 9.46% da amostra apresenta privação material e tensão económica²⁰ e, em 2022, em Portugal, 11.9%²¹. E, 8.17% privação material e tensão económica severa²², sendo os resultados da amostra superiores à taxa de privação material e social severa, em Portugal, no ano de 2022 5.3%²³. O total de indivíduos com privação material e tensão económica da amostra é de 17.63%, sendo que em 2022, 19.4% da população portuguesa encontra-se em situação de pobreza ou em situação de exclusão social. Em referência ao rendimento do agregado familiar da amostra, foi questionado ao inquirido a que escala correspondia o rendimento disponível líquido do agregado familiar (do trabalho, de investimentos ou propriedades, de transferências sociais ou de outras fontes), incluindo subsídio de férias e de Natal. Aqui, verifica-se que 6.45% dos inquiridos vivem com menos de 740€ por mês, 25.16% dos inquiridos vivem com 740€ a 1480€ mês, 26.88% da amostra

²⁰ Número de inquiridos que não consegue pagar 5 ou 6 itens da lista de 13 itens disponibilizados pelo EUROSTAT a dividir pelo total de inquiridos.

²¹ Informação obtida em: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0011592&contexto=bd&selTab=tab2 acedido a 22 de agosto de 2022.

²² Número de inquiridos que não consegue pagar 7 ou mais itens da lista de 13 itens disponibilizados pelo EUROSTAT a dividir pelo total de inquiridos.

²³ Informação obtida em: <https://www.pordata.pt/portugal/taxa+de+privacao+material+e+social+severa-3787> acedido a 15 de agosto de 2023.

com 1481€ a 2220€ mês, 14.84% dos inquiridos com 2221€ a 2960€ mês, 8.82% dos inquiridos com 961€ a 3700€ mês e 12.04% dos inquiridos com mais de 3701€ mês. Segundo os dados da PORDATA, no ano de 2021, o rendimento mensal médio disponível das famílias portuguesas²⁴ era de 2766.8 euros. Por conseguinte, constata-se que a amostra é caracterizada por pessoas abaixo da média, em termos de rendimento, como demonstrado pela proporção de estudantes com privação material e tensão económica severa e pela sobre-representação dos bolseiros de ação social.

Tabela 2 – Contexto Socioeconómico

		N	%	% Segundo fontes utilizadas
Elementos do agregado familiar	1	9	1.9	
	2	32	6.9	
	3	142	30.5	
	4	204	43.9	
	5	63	13.5	
	>5	15	3.2	
	Total	465	100	
Auferem rendimentos (salários, pensões, juros, rendas, entre outras fontes)	0	8	1.7	
	1	100	21.5	
	2	312	67.1	
	3	37	8	
	4	8	1.7	
	Total	465	100	
Privação Material e Tensão Económica	0 itens	200	43.01	13.6% (Gonçalves et al.) 5.3%(PORDATA)
	De 1 a 4 itens	183	39.35	
	5 ou 6 itens	44	9.46	
	>= 7 itens	38	8.17	
	Total	465	100	
Rendimentos Disponível Líquido do Agregado Familiar (do trabalho, de investimentos ou propriedades, de transferências sociais ou de outras fontes)	<740€ mês	30	6.45	
	740€ a 1480€ mês	117	25.16	
	1481€ a 2220€ mês	125	26.88	
	2221€ a 2960€ mês	69	14.84	
	2961€ a 3700€ mês	41	8.82	
	3701€ a 4440€ mês	29	6.24	
	4441€ a 5180€ mês	7	1.51	
	>= 5181€ mês	20	4.30	
	Outro	27	5.81	
	Total	465	100	

No que toca ao agregado familiar, mais concretamente, à escolaridade do pai e da mãe dos estudantes, constatou-se que 24.1% dos pais e 21.5% das mães tem o 12º ano, sendo

²⁴ Informação obtida em: <https://www.pordata.pt/portugal/rendimento+medio+disponivel+das+familias-2098> acessado a 22 de agosto de 2023. De forma, a obter informação sobre o rendimento mensal médio disponível das famílias portuguesas dividiu-se rendimento anual médio disponível das famílias portuguesas, informação fornecida pela PORDATA, por 14 meses.

este valor o mais frequente dos pais. O valor mais frequente das mães corresponde ao grau de licenciado com as mães a representarem 24.9% e os pais 17.6%. O terceiro valor mais frequente para ambos corresponde ao 9º ano de escolaridade com os pais a representarem 14% e as mães 14.6%. De seguida, observa-se que 12.9% dos pais têm o 6º ano de escolaridade e 9.5% das mães tem o mesmo nível de escolaridade. Também com uma grande representatividade tanto no pai como na mãe está o 4º ano de escolaridade com 11.4% e 10.1%, respetivamente. Ainda, no que diz respeito ao grau de mestre, 7.1% dos pais e 6.9% das mães têm este grau de escolaridade e, apenas 2.6% dos pais e 1.1% das mães têm o grau de doutor. Em relação ao grau de bacharel 5.6% dos pais e 8% das mães possuem este nível de escolaridade. Relativamente ao curso técnico superior profissional 1.5% dos pais e 1.1% das mães possuem este nível de escolaridade. Em referência ao curso de especialização tecnológica 1.3% dos pais e 0.9% das mães detêm este nível de escolaridade. Nenhum pai sabe ler sem possuir o 4º ano de escolaridade nem nenhum pai não sabe ler nem escrever. No entanto, duas mães sabem ler sem possuir o 4º ano de escolaridade e 2 mães não sabem ler nem escrever. Apenas dois estudantes indicaram que não sabiam a escolaridade da mãe e seis estudantes indicaram que não sabiam a escolaridade do pai.

De acordo com dados da Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, é nas universidades, públicas e privadas, que se encontram percentagens mais elevadas de alunos cujos pais têm níveis de escolaridade superiores (Sá et al., 2022). Um outro motivo para prestar atenção ao nível de escolaridade dos pais consiste no facto de ser um bom medidor do contexto socioeconómico do agregado familiar (Sá et al., 2022). Quanto à profissão dos pais 61.1% e 63.27% das mães trabalham por conta de outrem, 20.2% dos pais e 9.98% das mães trabalham por conta própria como empregador e apenas 3.6% dos pais e 7.64% das mães estão desempregados.

Tabela 3 – Escolaridade e Profissão dos pais

		N		%	
		Pai	Mãe	Pai	Mãe
Escolaridade	Ensino pós-graduado – doutor	12	5	2.6	1.1
	Ensino pós-graduado – mestre	33	32	7.1	6.9
	Ensino superior – licenciado	82	116	17.6	24.9
	Ensino superior – bacharel	26	37	5.6	8
	Ensino superior – curso técnico superior profissional ou equivalente	7	5	1.5	1.1
	Ensino pós-secundário – curso de especialização tecnológica	6	4	1.3	0.9
	Ensino secundário – 12º ano de escolaridade ou equivalente	112	100	24.1	21.5
	Ensino básico 3º ciclo – 9º ano de escolaridade	65	68	14	14.6

	Ensino 2º ciclo – 6º ano de escolaridade	60	44	12.9	9.5
	Ensino básico 1º ciclo – 4º ano de escolaridade	53	47	11.4	10.1
	Sabe ler sem possuir o 4º ano de escolaridade	0	2	0	0.4
	Não sabe ler nem escrever	0	2	0	0.4
	Não sei	6	2	1.3	0.4
	Outro	3	1	0.6	0.2
	Total	465	465	100	100
Situação Profissional	Trabalhador por conta de outrem	288	298	61.1	63.27
	Trabalhador por conta própria como empregador	95	47	20.2	9.98
	Trabalhador familiar não remunerado	0	7	0	1.49
	Desempregado	17	36	3.6	7.64
	Doméstico	0	34	0	7.22
	Estudante	16	20	3.4	4.25
	Reformado	17	12	3.6	2.55
	Inválido	2	4	0.4	0.85
	Falecido	15	5	3.2	1.06
	Não sei	13	2	2.8	0.42
	Outro	8	6	1.7	1.27
	Total	465	465	100	100

4.2. Abordagem Quantitativa e Qualitativa: Análise Estatística Simples

Ingressar no ensino superior português tornou-se uma escolha para muitos estudantes. Portanto, determinar e analisar os fatores que influenciam a escolha da licenciatura é importante dado que o percurso académico dos estudantes é o futuro dos mesmos.

No presente subcapítulo procede-se à análise das hipóteses apresentadas no capítulo anterior. Como descrito acima, o contexto económico pode ser medido através da escolaridade dos pais e do rendimento do agregado familiar. Portanto, para analisar a Hipótese 1, mais concretamente, o contexto socioeconómico com a escolha de uma determinada licenciatura é necessário analisar a escolaridade dos pais.

Em relação à média do ensino secundário 451 inquiridos responderam à questão. Na tabela 4, através do Teste T, verifica-se que a média de ensino secundário dos alunos em que pelo menos o pai ou a mãe têm formação no ensino superior é significativamente superior ($p < 0.001$) quando comparada com os alunos com pais sem formação no ensino superior, 17.86 e 16.77, respetivamente.

A respeito da média de acesso ao ensino superior, apenas 299 inquiridos responderam à média de ensino superior e às respetivas notas das provas de ingresso, permitindo o cálculo da nota de candidatura ao ensino superior. Na tabela 4, através do Teste T de amostras independentes, constata-se que a média de acesso ao ensino superior é significativamente superior ($p < 0.001$) quando pelo menos o pai ou a mãe têm ensino superior comparativamente com a média de acesso ao ensino superior de indivíduos em que nenhum dos pais tem ensino superior, 16.70 valores.

Tabela 4 – Estatística Descritiva entre a Escolaridade dos Pais e a Média Ensino Secundário e a Média de Acesso ao Ensino Superior

	Escolaridade dos pais	N	Média	Desvio Padrão	Valor P
Média Ensino Secundário	Sem Ensino Superior	232	16.77	1.827	<0.001
	Com Ensino Superior	219	17.86	1.685	
Média de Acesso ao Ensino Superior	Sem Ensino Superior	164	16.70	1.859	<0.001
	Com Ensino Superior	135	17.70	1.553	

Posteriormente, analisou-se a escolaridade dos pais com a área de estudo. Por aplicação do teste Qui-quadrado, conclui-se que existe uma associação significativa entre a escolaridade dos pais e a área de estudo ($p=0.002$). Na tabela 5, observa-se que na área de Engenharia, Indústria e Construção e a área de Saúde são as áreas com mais estudantes com pelo menos um pai com ensino superior. Na área de Engenharia, Indústria e Construção existem 65 estudantes com pelo menos o pai ou a mãe com ensino superior e 37 estudantes com pais sem ensino superior. Na área de Saúde existe 46 estudantes com pelo menos o pai ou a mãe com ensino superior e 35 estudantes com pais sem ensino superior. O contrário acontece na área da Ciências Sociais, Negócios e Direito, onde se verifica que 80 estudantes com os pais sem ensino superior e 49 estudantes com pelo menos o pai ou a mãe com ensino superior. Nas áreas de Ciências Naturais, Matemática e Informática a diferença entre a escolaridade dos pais não é tão significativa, no entanto há mais estudantes com pais sem ensino superior.

Tabela 5 – Escolaridade dos Pais e Área de Estudo

		Artes e Humanidades	Ciências Naturais, Matemática e Informática	Ciências Sociais, Negócios e Direito	Engenharias, Indústria e Construção	Saúde	Outros	Total
Pais Sem Ensino Superior	N	32	38	80	37	35	15	237
	%	51.6	56.7	62	36.3	43.2	62.5	51
Pais Com Ensino Superior	N	30	29	49	65	46	9	228
	%	48.4	43.3	38	63.7	56.8	37.5	49
Total	N	62	67	129	102	81	24	465
	%	13.3	14.4	27.7	21.9	17.4	5.2	100

A fim de analisar o contexto socioeconómico dos estudantes prosseguiu-se para uma análise ao rendimento familiar mensal disponível. Na tabela 6, pode-se observar uma relação estatisticamente significativa ($p<0.001$) com a média do ensino secundário, onde o

coeficiente de correlação é 0.232. Ainda, pode-se observar uma relação estatisticamente significativa ($p < 0.001$) com a média de acesso ao ensino superior, onde a correlação é 0.203. Assim, a média de entrada no ensino superior está positivamente associada ao rendimento disponível familiar mensal aumenta.

Tabela 6 – Rendimento Disponível Familiar Mensal e a Média Ensino Secundário e a Média de Acesso ao Ensino Superior

		Média Ensino Secundário	Média de Acesso ao Ensino Superior
Rendimento Disponível Familiar Mensal	Coefficiente de Correlação	0.232	0.203
	Valor P	<0.001	<0.001
	N	427	283

Por aplicação do teste Qui-quadrado foi concluir que existe uma associação entre o rendimento disponível familiar mensal segundo a área de estudo ($p < 0.001$). Na tabela 7, constata-se que mais de 50% dos estudantes indicam ter rendimentos entre os 740€ a 1480€ mês e 1481€ a 2220€ mês. Os estudantes da área de Artes e Humanidades, da área de Ciências Sociais Negócios e Direito, da área de Engenharias, Indústria e Construção e da área de Outros indicam um rendimento disponível familiar predominante que varia entre 1481 euros e 2220 euros mês. É possível observar que há mais estudantes da área de Engenharia, Indústria e Construção a revelar rendimentos de escalão mais alto comparativamente com estudantes da área de Artes e Humanidades. Note-se que cerca de $\frac{3}{4}$ dos estudantes das áreas de Artes e Humanidades e das áreas de Ciências Naturais, Matemática e Informática indicam que o rendimento familiar disponível vai até 2220 euros mês. Enquanto $\frac{3}{4}$ dos estudantes das restantes áreas indicam que o rendimento familiar disponível vai até 2960 euros mês.

Tabela 7 – Rendimentos Disponível Familiar Mensal e Área de Estudo

		Artes e Humanidades	Ciências Naturais, Matemática e Informática	Ciências Sociais, Negócios e Direito	Engenharias, Indústria e Construção	Saúde	Outros	Total
<740 € mês	N	8	4	8	6	2	2	30
	%	14%	7%	6%	6%	3%	7%	7%
740€ a 1480€ mês	N	15	25	34	17	23	3	117
	%	26%	42%	27%	18%	29%	3%	27%
1481€ a 2220€ mês	N	18	16	36	26	18	11	125
	%	31%	27%	29%	27%	23%	9%	28%
	N	7	5	16	24	14	3	69

2221€ a 2960€ mês	%	12%	8%	13%	25%	18%	4%	16%
2961€ a 3700€ mês	N	4	2	13	10	8	4	41
	%	7%	3%	10%	11%	10%	10%	9%
3701€ a 4440€ mês	N	2	5	9	6	7	0	29
	%	3%	8%	7%	6%	9%	0%	7%
4441€ a 5180€ mês	N	2	0	2	2	1	0	7
	%	3%	0%	2%	2%	1%	0%	2%
Superior a 5181€ mês	N	2	3	6	4	5	1	21
	%	3%	5%	5%	4%	6%	5%	5%
Total	N	58	60	124	95	78	24	439

Com o propósito de analisar mais detalhadamente o contexto socioeconómico, mais concretamente, a privação material e tensão económica procedeu-se a uma análise estatística com o sexo, média de ensino secundário e média de entrada no ensino superior e a área de estudo. Na tabela 8, verifica-se que existe uma diferença marginalmente significativa de 0.076 da privação material e tensão económica entre os sexos. Efetivamente, a média de privação material e tensão económica do sexo feminino é superior ao do sexo masculino.

Tabela 8 – Privação Material e Tensão Económica e Sexo

		N	Média	Desvio Padrão	Valor P
Privação Material e Tensão Económica	Feminino	319	2.13	2.517	0.076
	Masculino	138	1.75	2.596	

Relativamente à privação material e tensão económica com a média de ensino secundário e a média de acesso ao ensino superior, aplicou-se o teste de *Spearman*. Na tabela 9, observa-se que existe uma correlação significativa negativa em ambas. Sendo o coeficiente de correlação -0.152 para a média de ensino secundário e -0.110 para a média de entrada no ensino superior. A média de ensino secundário e a média de acesso ao ensino superior estão negativamente correlacionadas com a privação material e tensão económica.

Tabela 9 – Privação Material e Tensão Económica e Média de Ensino Secundário e Média de Acesso ao Ensino Superior

		Média Ensino Secundário	Média de Acesso ao Ensino Superior
Privação Material e Tensão Económica	Coefficiente de correlação	-0.181	-0.137
	Valor P	0.000	0.009

De seguida, analisou-se a privação material e tensão económica com a área de estudo. Por aplicação do teste *Kruskal-Wallis* verifica-se que não há diferenças estatisticamente significativas na privação material e tensão económica segundo a área de estudo ($p=0.304$).

Para analisar a Hipótese 2, a relação do sexo com a média de ensino secundário, a média de acesso ao ensino superior e a área de estudo, aplicou-se o teste T e concluiu-se que não há diferenças estatisticamente significativas na média do ensino secundário entre o sexo feminino (média de 17.28 e o desvio padrão de 1.689) e o sexo masculino (média de 17.25 e o desvio padrão de 2.158), sendo que o valor p foi de 0.865. Também se verificou que não existe diferenças estatisticamente significativas na média de entrada no ensino superior entre o sexo feminino (média de 17.15 e o desvio padrão de 1.669) e o sexo masculino (média de 17.07 e desvio padrão de 2.029), sendo que o valor p de 0.721.

No entanto, por aplicação do teste Qui-Quadrado, conclui-se que existe uma associação significativa entre o sexo e a área de estudo ($p=0.001$). Na tabela 10, observa-se que em qualquer área de estudo o sexo predominante é o feminino. No entanto, na área de Engenharia, Indústria e Construção verifica-se que há uma maior percentagem de homens comparativamente com as restantes áreas. A área de Artes e Humanidades é a área que apresenta maior proporção de mulheres. Ainda, na área de Ciências Sociais, Negócios e Direito existem 99 mulheres contra 30 homens.

Tabela 10 – Sexo e Área de Estudo

		Artes e Humanidades	Ciências Naturais, Matemática e Informática	Ciências Sociais, Negócios e Direito	Engenharias, Indústria e Construção	Saúde	Outros	Total
Feminino	N	49	45	99	50	60	16	319
	%	79%	68.2%	76.7%	52.1%	75%	66.7%	69.8%
Masculino	N	13	21	30	46	20	8	138
	%	21%	31.8%	23.3%	47.9%	25%	33.3%	30.2%

De seguida foi questionado aos estudantes qual a avaliação subjetiva que atribuíam a cada um dos fatores, relacionados com as Hipóteses 3 a 7, na tomada de decisão da licenciatura. Este conjunto de fatores foi validado no trabalho de Gaspar (2021) e adaptado a uma escala de 1 (Nada Importante) a 5 (Muito Importante). De seguida, pretende-se analisar se as características do programa (Hipótese 3) como a qualidade do programa, a reputação, a posição e a empregabilidade são indicadores fundamentais para analisar a escolha de uma licenciatura, mestrado integrado ou bacharelato. Além disso, se as opiniões alheias (Hipótese 4), o fator geográfico e o custo do estudo (Hipótese 5) são também fatores que pesam na

hora de decisão. Ainda, se as perspectivas futuras (Hipótese 6) como o desenvolvimento de aptidões profissionais ou intelectuais, a versatilidade do programa e a vantagem remuneratória bem com os interesses individuais (Hipótese 7), emancipação, independência e vocação são igualmente fundamentais para a tomada de decisão. Todos os fatores mencionados foram medidos através de um conjunto de cinco indicadores.

O número de indivíduos da amostra que respondeu a todos os fatores, sem exceção, foi de 465 indivíduos. Para todos os fatores, o valor mínimo obtido foi de 1, correspondente a “Nada Importante” e o valor máximo foi de 5, correspondente a “Muito Importante”. Na tabela 11, verifica-se que, em termos medianos, o “Desenvolvimento de aptidões profissionais, pessoais e intelectuais” e a “Vocação” foram os fatores onde os indivíduos atribuíram maior pontuação. Por outro lado, os fatores menos pontuados foram “Posição do programa em rankings relevantes”, a “Opinião ou recomendação de familiares ou amigos” e o “Custo do estudo”. Note-se que a dispersão nas respostas foi mais acentuada no fator “Custo do estudo”, onde se observa uma amplitude interquartis igual a 3.

Tabela 11 – Estatística Descritiva dos Fatores Influenciadores na Escolha da Licenciatura

Fatores	Mediana	Amplitude Interquartis
Qualidade do programa	4	1
Reputação do programa	4	1
Posição do programa em rankings relevantes	3	2
Empregabilidade do programa	4	2
Opinião ou recomendação de familiares ou amigos	3	2
Localização	4	1
Custo do estudo	3	3
Desenvolvimento de aptidões profissionais, pessoais ou intelectuais	5	1
Versatilidade dos percursos de carreira oferecidos pelo programa	4	1
Vantagem remuneratória futura	4	2
Emancipação e independência	4	2
Vocação	5	1

Além disso, estes fatores foram testados com base no sexo. Para tal, foi aplicado o teste T, após verificar que a variável sexo seguia uma distribuição normal nas características do programa, nas opiniões alheias, no fator geográfico e monetário, nas expectativas futuras e nos interesses individuais. Na tabela 12, verifica-se que o fator geográfico e monetário exibe diferenças estatisticamente significativas entre o sexo feminino e o sexo masculino ($p=0.001$), rejeitando-se a hipótese nula. A média do fator geográfico e monetária do sexo

feminino é maior comparativamente com o sexo masculino, 3.81 e 3.48, respetivamente. Após a aplicação do teste, verifica-se que existe uma diferença marginalmente significativa nas opiniões alheias segundo o sexo ($p=0.059$). A média das opiniões alheias do sexo feminino é menor comparativamente com o sexo masculino, 2.67 e 2.88, respetivamente.

Tabela 12 – Fatores Influenciados da Escolha da Licenciatura e o Sexo

	Sexo	N	Média	Desvio Padrão	Valor P
Características do Programa	Feminino	319	3.84	0.835	0.949
	Masculino	128	3.84	0.864	
Opiniões Alheias	Feminino	319	2.67	1.281	0.059
	Masculino	128	2.88	1.241	
Fator Geográfico	Feminino	319	3.81	0.926	0.001
	Masculino	128	3.48	0.964	
Expectativas Futuras	Feminino	319	4.05	0.788	0.241
	Masculino	128	3.95	0.838	
Interesses Individuais	Feminino	319	3.91	0.859	0.258
	Masculino	128	3.81	0.946	

Por último, analisou-se os fatores acima mencionados com a área de estudo dos estudantes. Após verificar que as variáveis não seguem uma distribuição normal, aplicou-se o teste *Kruskal-Wallis*, onde se verifica que há diferenças significativas nas características do programa segundo as áreas de estudo ($p=0.000$). Pela análise de comparações múltiplas há diferenças da área de Artes e Humanidades para a área de Saúde ($p=0.001$), da área de Artes e Humanidades para a área de Engenharia, Indústria e Construção ($p=0.002$), da área de Artes e Humanidades para a área de Ciências Sociais, Negócios e Direito ($p=0.036$), da área Outros para a área de Saúde ($p=0.006$) e da área Outros para a área Engenharia, Indústria e Construção ($p=0.013$).

Tabela 13 – Características do Programa e Área de Estudo

	Valor P
Artes e Humanidades – Saúde	0.001
Artes e Humanidades – Engenharia, Indústria e Construção	0.002
Artes e Humanidades – Ciências Sociais, Negócios e Direito	0.036
Outros – Saúde	0.006
Outros – Engenharia, Indústria e Construção	0.013

Em relação às expectativas futuras, observam-se diferenças significativas entre as mesmas segundo as áreas de estudo ($p=0.015$). Pela análise de comparações múltiplas há diferenças da área de Artes e Humanidades para a área de Saúde ($p=0.16$).

Quanto às opiniões alheias, observam-se diferenças significativas entre as mesmas segundo as áreas de estudo ($p=0.000$). Pela análise de comparações múltiplas há diferenças da área de Ciências Naturais, Matemática e Informática para a área de Ciências Sociais,

Negócios e Direito ($p=0.011$), da área de Ciências Naturais, Matemática e Informática para a área de Engenharia, Indústria e Construção ($p=0.004$), da área de Ciências Naturais, Matemática e Informática para a área de Saúde ($p<0.001$).

Tabela 14 – Opiniões Alheias e Área de Estudo

	Valor P
Ciências Naturais, Matemática e Informática – Ciências Sociais, Negócios e Direito	0.011
Ciências Naturais, Matemática e Informática – Engenharia, Indústria e Construção	0.004
Ciências Naturais, Matemática e Informática – Saúde	<0.001

Por aplicação do teste *Kruskal-Wallis* verifica-se que não há diferenças estatisticamente significativas no fator geográfico e monetário segundo as diferentes áreas de estudo ($p=0.05$), nem nos interesses individuais segundo as diferentes áreas de estudo ($p=0.679$).

Por último, na tabela 15, observa-se a dimensão da amostra, a mediana e a amplitude interquartis das características do programa, das opiniões alheias, do fator geográfico e monetário, das expectativas futuras, dos interesses individuais e da privação material e tensão económica por área de estudo. Relativamente às características do programa, os estudantes que ingressam na área de Artes e Humanidades ($Md=3.75$; $AIQ=1.25$) dão menor importância às características do programa quando comparado com os estudantes que ingressam na área de Saúde ($M=4.25$; $AIQ=0.75$), na área de Engenharia, Indústria e Construção ($M=4.25$; $AIQ=0.75$) e, na área de Ciências Sociais, Negócios e Direito ($M=4.25$; $AIQ=1.13$). Igualmente a estudantes que ingressam na área Outros ($M=3.63$; $AIQ=1.50$) quando comparado com estudantes das áreas de Saúde e Engenharia, Indústria e Construção. Em relação às opiniões alheias, os estudantes que vão para a área de Ciências Naturais, Matemática e Informática ($Md=2$; $AIQ=2$) dão menor importância às opiniões alheias do que os demais. No que respeita às expectativas futuras, estudantes que ingressam na área das Artes e Humanidades ($Md=3.8$; $AIQ=1$) dão menor importância ao fator expectativas futuras quando comparado com estudantes da área de Saúde ($Md=4.33$; $AIQ=0.67$).

Tabela 15 – Área de Estudo e Fatores Influenciadores

		Características do Programa	Opiniões Alheias	Fator Geográfico e Monetário	Expectativas Futuras	Interesses Individuais
Artes e Humanidades	N	62				
	Mediana	3.75	3	4	3.8	4
	Amplitude Interquartis	1.25	3	1.5	1	1.5

Ciências Naturais, Matemática e Informática	N	67				
	Mediana	3.75	2	4	4	4
	Amplitude Interquartis	1.25	2	1.5	1	1
Ciências Sociais, Negócios e Direito	N	129				
	Mediana	4.25	3	4	4.33	4
	Amplitude Interquartis	1.13	2	1.5	1	1
Engenharia, Indústrias e Construção	N	102				
	Mediana	4.25	3	3.50	4	4
	Amplitude Interquartis	0.75	2	1	1	1.5
Saúde	N	81				
	Mediana	4.25	3	3.50	4.33	4
	Amplitude Interquartis	0.75	2	1.50	0.67	1
Outros	N	24				
	Mediana	3.63	2	3.75	4	4
	Amplitude Interquartis	1.50	1	1.38	1.17	1

4.3. Discussão dos Resultados

Ao analisar os resultados é importante ter em consideração que a amostra é composta principalmente por indivíduos do sexo feminino, com idades entre 21 e 30 anos, residentes no distrito do Porto e, aquando da primeira inscrição no ensino superior eram apenas estudantes. Embora se verifique, através dos dados da PORDATA²⁵, que existem mais pessoas do sexo feminino a estudar no ensino superior português, essa diferença não é tão acentuada como na amostra. A amostra é também caracterizada por indivíduos abaixo da média, em termos de rendimento, dada a elevada proporção de estudantes com privação material e tensão económica e pelo elevado número de bolseiros.

Ao estudar a associação da variável explicativa ‘escolaridade dos pais’, que serve como um medidor do contexto socioeconómico, com a média de ensino secundário e a média de acesso ao ensino superior verifica-se que os estudantes que têm pelo menos um dos pais com ensino superior têm médias mais elevadas. De seguida, ao analisar a escolaridade com a área de estudo, constata-se que a área de estudo Saúde e a área de estudo Engenharia, Indústria e

²⁵ Informação obtida em: <https://www.pordata.pt/Portugal/Alunos+matriculados+no+ensino+superior+total+e+por+sexo-1048>, acedida a 04 de setembro de 2023.

Construção, são as áreas em que os pais têm uma escolaridade mais elevada. De acordo com os autores Sá et al. (2022), estes afirmam que a área de Direito, a área de Artes e a área de Ciências apresentam elevados níveis de escolaridade entre os pais dos estudantes. Enquanto a área de Educação e a área de Negócios apresentam baixos níveis de escolaridade entre os pais dos estudantes.

A variável explicativa ‘rendimento disponível familiar mensal’ também permite medir o contexto socioeconómico. Ao estudar o rendimento disponível familiar mensal segundo a média de ensino secundário e a média de acesso ao ensino superior constata-se que quanto maior for o rendimento disponível familiar mensal maior será a média de ensino secundário e a média de acesso ao ensino superior. Ao estudar rendimento disponível familiar mensal segundo a área de estudo conclui-se que existe uma associação significativa. Os estudantes da área de Artes e Humanidades, da área de Ciências Sociais Negócios e Direito, da área de Engenharias, Indústria e Construção e da área de Outros indicam um rendimento disponível familiar predominante que varia entre 1481 euros e 2220 euros mês. Os estudantes da área de Ciências Naturais, Matemática e Informática e da área de Saúde revelam um rendimento disponível familiar predominante que varia entre 740 euros e 1480 euros mês. Contudo, conclui-se que os estudantes da área de Artes e Humanidades e os estudantes da Ciências Naturais, Matemática e Informática são os que apresentam rendimentos mais baixos quando comparado com os estudantes das restantes áreas.

Portanto, a escolaridade dos pais e do rendimento disponível familiar mensal são dois indicadores do contexto socioeconómico dos estudantes, e a análise destes indicadores revelam uma correlação positiva com a média de ensino secundário e a média de acesso ao ensino superior. Deste modo, confirma-se que os resultados corroboram as descobertas dos autores Sá et al. (2022), os quais destacam que o contexto socioeconómico pode ser um preditor consistente de desempenho académico. Isso deve-se ao facto de que os estudantes de contexto socioeconómico privilegiado têm acesso a um ensino secundário de qualidade superior, com melhor preparação entre outros aspetos relevantes que determinam a média de acesso ao ensino superior. Portanto, uma média de acesso ao ensino superior elevada está associada a contexto socioeconómico privilegiado.

No entanto, devido à composição da amostra tornou-se crucial estudar a privação material e a tensão económica a fim de reconfirmar o acima descrito. Os dados do INE²⁶ afirmam que há mais mulheres a sofrer de privação material e tensão económica. Assim sendo, como a amostra é, maioritariamente, composta por mulheres e estas têm uma maior tendência a viver em situação de privação material e tensão económica, isto ajuda a explicar a privação material e tensão económica da amostra e o elevado número de bolseiros. Ainda, se constata que a média de ensino secundário e a média de ensino superior são afetadas pela privação material e tensão económica vivada pelos estudantes. Daí, quanto maior for a privação material e a tensão económica menor será a média de acesso ao ensino superior e maior será a dificuldade de o estudante ingressar na licenciatura, mestrado integrado ou bacharelato que deseja. Mais uma vez, se confirma que o contexto socioeconómico dos estudantes é um preditor consistente de desempenho escolar e académico, tal como descrito pelos autores Sá et al. (2022).

Relativamente à privação material e tensão económica segundo a área de estudo verifica-se, através dos resultados obtidos, que os estudantes que apresentam maior privação material e tensão económica são os estudantes das áreas de Artes e Humanidades. Neste caso, os resultados obtidos e os resultados dos autores Sá et al. (2022) diferem, dado que autores afirmam que estudantes da área de Artes os pais apresentam um nível de escolaridade mais elevado. Assim sendo, segundo o medidor do contexto socioeconómico, a escolaridade dos pais, indica que estes estudantes vivem num contexto socioeconómico privilegiado. Uma possível explicação para as diferenças nos resultados é a metodologia utilizada e as diferenças na amostra.

Segundo os autores Sá et al. (2022), há mais mulheres do que homens no ensino superior e isto é justificado pelo desempenho escolar que é globalmente melhor para as mulheres do que para os homens. No entanto, os resultados obtidos não indicam nenhuma associação significativa entre as médias de ensino secundário e a média de entrada no ensino superior. Apesar de existir, globalmente, mais mulheres no ensino superior (OECD, 2022) e, na amostra o sexo feminino ser predominante em todas as áreas de estudo, há uma associação significativa entre o sexo e a área de estudo. Nas áreas de estudo de Engenharia, Indústria e

²⁶

Informação

obtida

em:

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0011592&contexto=bd&selTab=tab2&xlang=PT acedido a 07 de setembro de 2023.

Construção observa-se uma menor proporção de mulheres quando comparada com outra área de estudo. Mais, existem áreas de estudo em que a proporção de mulheres é maior como é o caso da área de Artes e Humanidades, da área de Ciências Sociais, Negócios e Direito e a área de Saúde. Os resultados obtidos corroboraram as descobertas dos autores Figueiredo et al. (2017), que apontam para uma representação significativa das mulheres na área da saúde e bem-estar.

A literatura apenas relaciona as características do programa, as opiniões alheias, fator geográfico e monetário, os interesses individuais e as expectativas futuras com a escolha de uma determinada instituição de ensino superior. Portanto, tornou-se pertinente estudar a percepção dos estudantes sobre estes fatores, uma vez que podem influenciar a escolha de uma licenciatura, mestrado integrado ou bacharelato. Primeiramente, analisaram-se os fatores apresentados segundo o gênero e, constatou-se que as opiniões alheias são mais importantes para os estudantes do sexo masculino comparativamente com os estudantes do sexo feminino. Também se constatou que o fator geográfico é mais importante para o sexo feminino do que para o sexo masculino, bem como as expectativas futuras e os interesses individuais. No entanto, as opiniões alheias é o fator menos importante para ambos. Por outro lado, as expectativas futuras é o mais importante para ambos. De seguida, analisaram-se os fatores influenciados segundo as áreas de estudo. Com isto, foi possível observar que os estudantes que frequentam a área de Artes e Humanidades dão maior importância ao fator geográfico e monetário e aos interesses individuais. Os estudantes que ingressam na área das Ciências Naturais, Matemática e Informática dão maior importância às expectativas futuras, interesses individuais e ao fator geográfico e monetário. Os estudantes da área de Ciências Sociais, Negócios e Direito dão maior importância às expectativas futuras e às características do programa. Os estudantes da área de Engenharia, Indústria e Construção dão maior importância às características do programa. Os estudantes da área da Saúde dão maior importância às expectativas futuras. E, os estudantes da área de Outros dão maior importância às expectativas futuras e aos interesses individuais. Por fim, constata-se que os estudantes de todas as áreas dão menor importância às opiniões alheias.

5. Conclusão do Estudo

5.1. Sumário e Conclusão

A análise dos resultados deste estudo oferece informações relevantes sobre vários aspetos relacionados com os estudantes do ensino superior em Portugal, desde o contexto socioeconómico, aos padrões de género e aos fatores determinantes.

Ao examinar as variáveis explicativas como a escolaridade dos pais e o rendimento disponível familiar mensal, fica clara uma associação positiva entre o contexto socioeconómico e o desempenho académico dos estudantes que, em consequência, determina as licenciaturas frequentadas pelos estudantes, estando de acordo com a revisão de literatura existente. Os resultados revelam que estudantes cujos pais possuem ensino superior apresentam um desempenho superior no ensino secundário e uma média de acesso ao ensino superior elevada. Sendo o mesmo observado a estudantes que pertencem a famílias com rendimentos mais elevados. Além disso, tendem a frequentar áreas de estudo de Engenharia, Indústria e Construção e Saúde. Por outro lado, também se constatou que a privação material e a tensão económica afetam negativamente a média de acesso ao ensino superior, dificultando o ingresso dos estudantes nas suas preferências de uma licenciatura. Isto demonstra que os desafios socioeconómicos enfrentados pelos estudantes desempenham um papel importante na trajetória académica.

Ao contrário do observado na revisão de literatura, o estudo não apresenta uma relação entre as médias de ensino secundário e a média de acesso ao ensino superior segundo o sexo. Apenas se observa uma relação entre o género e as áreas de estudo com o sexo feminino predominante em todas as áreas de estudo, porém na área de estudo engenharia, indústria e construção a evidência é menor. O estudo permite, ainda, concluir que os estudantes de todas as áreas de estudo, exceto os estudantes da área de Artes e Humanidades e da área de Outros, no momento de escolher a licenciatura, mestrado integrado ou bacharelato, dão maior importância às características do programa. Sendo, este fator igualmente importante para ambos os sexos. Os estudantes de todas as áreas, exceto os estudantes da área de Engenharia, Indústria e Construção e da área de Artes e Humanidades, dão maior importância às características do programa. Por outro lado, o fator geográfico e monetário é o menos importante entre os estudantes, sendo este fator menos importante para os homens do que para as mulheres. As considerações apresentadas ajudam a preencher uma lacuna na literatura, uma vez que entrar no ensino superior não depende apenas da média de acesso ao

ensino superior, mas também de diversos fatores que afetam a escolha dos novos estudantes. Esses fatores precisam de ser conhecidos e analisados tanto pelos estudantes quanto pelos dos encarregados de educação, a fim de tornar o processo de escolha de uma licenciatura, mestrado integrado ou bacharelato o mais racional possível.

Em suma, este estudo forneceu informações relevantes sobre a relação entre o contexto socioeconómico, o género e os fatores influenciados segundo a média do ensino secundário, a média de acesso ao ensino superior e a da área de estudo dos estudantes no ensino superior português. Estas descobertas refletem e facilitam a compreensão dos desafios e oportunidades enfrentados pelos estudantes no momento da escolha de uma licenciatura, mestrado integrado ou bacharelato. Em remate final, o presente estudo pode servir de suporte para a nova política governamental que esclarece o acesso ao ensino superior a estudantes provenientes de um contexto económico desfavorecido.

5.2. Limitações

O compromisso com a realização de um estudo rigoroso e a escolha cuidadosa da metodologia mista para abranger uma ampla gama de resultados permitiu a obtenção de conclusões consistentes e sustentáveis. No entanto, existem limitações inerentes às escolhas metodológicas, o que impede de tirar conclusões abrangentes. Essas limitações incluem 1) a incidência da pesquisa, em aproximadamente 90%, num tipo de instituição de ensino superior, universidade pública, reconhecendo que a inclusão de outro tipo de instituições de ensino superior poderia levar a conclusões diferentes; 2) as respostas concentraram-se principalmente na região do Porto, ignorando a possibilidade de opiniões distintas noutras partes de Portugal ou até mesmo em comparação com outros países; 3) o foco ser a área de estudo dos estudantes em vez da licenciatura, mestrado integrado ou bacharelato, reconhecendo que se trata de conclusões mais alargadas e não pormenorizadas; 4) a falta de análise às licenciaturas, mestrados integrados e bacharelatos mais recentes da amostra por má interpretação dos inquiridos no grupo 3 do inquérito por questionário (Anexo I).

Apesar das 465 respostas completas e do cuidado em tornar a amostra o mais abrangente e representativa possível, reconhece-se a importância de incluir os aspetos mencionados, além de outros, para que as conclusões possam ser amplamente aplicáveis e retratar um quadro mais geral da situação em análise.

5.3. Sugestões para Estudos Posteriores

Os resultados indicam claramente a importância de continuar a pesquisa e investigação mais a fundo do tema desenvolvido ao longo da dissertação. Primeiramente, considera-se pertinente a replicação em amostras diferenciadas, ou seja, replicar o inquérito por questionário em amostras de estudantes de diferentes faculdades, em mais instituições privadas e politécnicos, em diferentes regiões geográficas ou mesmo em diferentes países. Isso permitirá avaliar como contexto económico e os fatores de escolha de uma licenciatura, mestrado integrado ou bacharelado podem influenciar as conclusões e se os resultados são consistentes em diferentes cenários.

Além de analisar a influência do contexto socioeconómico e os fatores de escolha, a inclusão de variáveis contextuais como o sistema educacional e as políticas governamentais relacionadas à educação seria interessante para analisar o percurso académico e profissional dos indivíduos.

Em vez de depender apenas de um único questionário, seria pertinente a realização de estudos longitudinais que acompanhem os participantes ao longo do tempo. Para avaliar como o contexto económico e os fatores de escolha de uma licenciatura, mestrado integrado ou bacharelato se manifestam ao longo dos anos e se existem mudanças significativas ao longo do tempo.

Para além de inquiridos por questionário, as entrevistas presenciais seriam interessantes para obter informações mais pormenorizadas sobre a dinâmica familiar, contexto socioeconómico e as experiências do indivíduos. A fim de fornecer informações ricas e contextuais que não foram captadas pelo inquérito por questionário.

Por fim, a pesquisa e desenvolvimento é um processo contínuo e que cada novo estudo pode levantar novas questões e desafios.

Referências Bibliográficas

- Andrade, D. P. (2019). O que é o neoliberalismo? A renovação do debate nas ciências sociais. *Sociedade e Estado*, 34, 211-239. <https://doi.org/10.1590/s0102-6992-201934010009>
- Brennan, J. (2010). Burton Clark's "The Higher Education System: Academic Organization in Cross-National Perspective". *London Review of Education*, 8(3), 229-237.
- Brooks-Gunn, J., & Duncan, G. (1997). The effects of poverty on children. *The future of children*, 7(2), 55-71. <https://doi.org/10.2307/1602387>
- Cotrim, R., & Duarte, J. (2015). *Inquérito aos doutorados 2012: Principais resultados*. Direção de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC).
- Oliveira, E. R., & Ferreira, P. (2014). *Métodos de investigação: Da interrogação à descoberta científica*. Vida Economica Editorial.
- Diogo, F., Castro, A., & Perista, P. (2015). *Pobreza e exclusão social em Portugal*. Húmus.
- Europeia, C. (2018). *Quadro Europeu de Qualificações: Apoio à aprendizagem, ao trabalho e à mobilidade transfronteiras*. Europa Social.
- Figueiredo, H., Portela, M., Sá, C., Cerejeira, J., Almeida, A., & Lourenço, D. (2017). *Benefícios do ensino superior*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Freeman, R. (1976). *The overeducated american*. Academic Press.
- Gaspar, A. M. C. (2021). *Avaliação da satisfação dos estudantes: Para uma gestão de excelência num estabelecimento de ensino superior na VTª região académica—Angola*. Universidade de Lisboa. <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/22302/1/TD-AMCSG-2021.pdf>
- Gonçalves, Â. N., Branco, I. V., Couto, P., Leite, F., Abreu, M. I., & Silva, R. (2021). *Cursos técnicos superiores profissionais. Relatório 2021*. Direção-Geral do Ensino Superior https://wwwcdn.dges.gov.pt/sites/default/files/relatorio_ctesp_2021_junho_v1a.pdf
- Governo, P. (2019). *Programa do XXII governo constitucional*. Retrieved from <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=%3d%3dBAAAAB%2bLCAAAAAAABACzsDA1AQB5jSa9BAAAAA%3d%3d>
- Levy, D., & Slancheva, S. (2007). *Private higher education in east and central Europe: The quest for legitimacy*. Palgrave Academic Publishers.
- Loff, M., & Pereira, M. C. (2006). *Portugal 30 anos de democracia*. U.Porto Press.

- Lourenço, D., Sá, C., Tavares, O., & Cardoso, S. (2020). Enrolling in higher education: The impact of regional mobility and public-private substitution effects. *Journal of Economic Issues*, 54(1), 183-197.
- Magalhães, A. M., & Amaral, A. (2007). Changing values and norms in portuguese higher education. *Higher Education Policy*, 20(3), 315-338. <https://doi.org/10.1057/palgrave.hep.8300156>
- McGuinness, S. (2006). Overeducation in the labour market. *Journal of Economic Surveys*, 20(3), 387-418.
- Neave, G., & Amaral, A. (2012). *Higher education in portugal 1974-2009: A nation, a generation*. Springer. <https://doi.org/10.1007/978-94-007-2135-7>
- OECD. (2022). *Education at a glance 2022: OECD Indicators*. OECD Publishing. <https://doi.org/10.1787/3197152b-en>
- Oreopoulos, P., & Petronijevic, U. (2013). Making college worth it: A review of research on the returns to higher education. Falta editora <https://doi.org/10.3386/w19053>
- Sá, C., Tavares, O., & Sin, C. (2022). Who is left out? Inequalities in higher education admissions and placements in Portugal. In *equity policies in global higher education* (pp. 171-193). Springer. https://doi.org/10.1007/978-3-030-69691-7_8
- Santos, R. (2015). *Análise dinâmica da pobreza das crianças e dos jovens em Portugal* Universidade de Lisboa.
- Scott, P. (2019). Martin Trow's elite-mass-universal triptych: Conceptualising higher education development. *Higher Education Quarterly*, 73(4), 496-506. <https://doi.org/10.1111/hequ.12224>
- Sen, A. (2000). *Development as freedom* anchor. NY: Anchor books
- Socero, A., Romano, C., Fonseca, D., Rebelo, I., Dionísio, M. E., & Ferreira, R. (2021). *NORMA 01/JNE/2021 – Instruções para a Inscrição nas Provas e Exames do Ensino Básico e do Ensino Secundário*. <https://area.dge.mec.pt/jnedoc/doc/420.PDF>
- Todaro, M. P., & Smith, S. C. (2009). *Economic development* (3^a ed.). Pearson Education.
- Wagmiller, R. L., & Adelman, R. M. (2009). *Childhood and intergenerational poverty: The Long-term Consequences of Growing Up Poor*. Columbia University.

Legislação

Decreto-Lei n.º 11/2020, de 2 de abril. Diário da República n.º 66/2020, Série I de 2020-04-02, página 4-21.

Decreto-Lei n.º 176/2012, de 2 de agosto. Diário da República n.º 149/2012, Série I de 2012-08-02, páginas 4068-4071.

Decreto-Lei n.º 296-A/98, de 25 de setembro. Diário da República n.º 222/1998, 1º Suplemento, Série I-A de 1998-09-25, páginas 2-7.

Decreto-Lei n.º 369/2007, de 5 de novembro. Diário da República n.º 212/2007, Série I de 2007-11-05, páginas 8032-8040.

Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de fevereiro. Diário da República n.º 37/2005, Série I-A de 2005-02-22, páginas 1494-14499.

Lei n.º 108/88, de 24 de setembro. Diário da República n.º 222/1988, Série I de 1988-09-24, páginas 3914-3919.

Lei de Bases do Sistema Educativo. Lei n.º 46/86. Diário da República n.º 237/1986, Série I de 1986-10-14.

Anexo I

Neste primeiro grupo encontra-se um conjunto de questões para recolha de dados sociodemográficos.

- | | |
|-----|--------------------------|
| Sim | ☐ |
| Não | ☐ |

- [illegible]

- | | |
|------------------|--|
| Aveiro | |
| Beja | |
| Braga | |
| Bragança | |
| Castelo Branco | |
| Coimbra | |
| Évora | |
| Faro | |
| Guarda | |
| Leiria | |
| Lisboa | |
| Portalegre | |
| Porto | |
| Santarém | |
| Setúbal | |
| Viana do Castelo | |
| Vila Real | |
| Viseu | |
| R. A. dos Açores | |
| R. A. da Madeira | |
| Outro | |

- | | |
|-----------------------|--------------------------|
| Feminino | ☐ |
| Masculino | ☐ |
| Prefiro não responder | ☐ |

Secção B: Agregado Familiar

Neste grupo encontra-se um conjunto de questões sobre a composição do agregado familiar aquando da inscrição no ensino superior português.

- B1. Por quantos elementos era composto o seu agregado familiar quando se inscreveu pela primeira vez numa instituição de ensino superior portuguesa?**

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

- B2. Quantas pessoas nesse agregado familiar auferiam rendimentos (ex: salários, pensões, juros, rendas, etc.) quando se inscreveu pela primeira vez numa instituição de ensino superior portuguesa?**

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

- B3. Qual era a sua situação profissional quando se inscreveu pela primeira vez numa instituição de ensino superior portuguesa?**

Estudante	☐
Trabalhador por conta de outrem	☐
Trabalhador por conta própria como empregador	☐
Trabalhador familiar não remunerado	☐
Desempregado	☐
Reformado	☐
Inválido	☐
Outro	☐

Outro

--

- B4. Qual o nível de escolaridade mais elevado concluído do pai?**

Ensino pós-graduado – doutor	☐
Ensino pós-graduado – mestre	☐
Ensino superior – licenciado	☐
Ensino superior – bacharel	☐
Ensino superior – curso técnico superior profissional ou equivalente	☐
Ensino pós-secundário – curso de especialização tecnológica	☐
Ensino secundário – 12º ano de escolaridade ou equivalente	☐
Ensino básico 3º ciclo – 9º ano de escolaridade (antigo 5º ano liceal ou ensino técnico)	☐
Ensino básico 2º ciclo – 6º ano de escolaridade (antigo 2º ano liceal ou ciclo preparatório)	☐
Ensino básico 1º ciclo – 4º ano de escolaridade (antiga 4ª classe)	☐
Sabe ler sem possuir o 4º ano de escolaridade	☐
Não sabe ler nem escrever	☐
Não sei	☐
Outro	☐

Outro

--

B5. Qual a situação profissional do pai, quando se inscreveu pela primeira vez numa instituição de ensino superior portuguesa?

- | | |
|---|--------------------------|
| Trabalhador por conta de outrem | ☐ |
| Trabalhador por conta própria como empregador | ☐ |
| Trabalhador familiar não remunerado | ☐ |
| Desempregado | ☐ |
| Doméstico | ☐ |
| Estudante | ☐ |
| Reformado | ☐ |
| Inválido | ☐ |
| Falecido | ☐ |
| Não sei | ☐ |
| Outro | ☐ |

Outro

B6. Qual o nível de escolaridade mais elevado concluído da mãe?

- | | |
|--|--------------------------|
| Ensino pós-graduado – doutor | ☐ |
| Ensino pós-graduado – mestre | ☐ |
| Ensino superior – licenciado | ☐ |
| Ensino superior – bacharel | ☐ |
| Ensino superior – curso técnico superior profissional ou equivalente | ☐ |
| Ensino pós-secundário – curso de especialização tecnológica | ☐ |
| Ensino secundário – 12º ano de escolaridade ou equivalente | ☐ |
| Ensino básico 3º ciclo – 9º ano de escolaridade (antigo 5º ano liceal ou ensino técnico) | ☐ |
| Ensino básico 2º ciclo – 6º ano de escolaridade (antigo 2º ano liceal ou ciclo preparatório) | ☐ |
| Ensino básico 1º ciclo – 4º ano de escolaridade (antiga 4ª classe) | ☐ |
| Sabe ler sem possuir o 4º ano de escolaridade | ☐ |
| Não sabe ler nem escrever | ☐ |
| Não sei | ☐ |
| Outro | ☐ |

Outro

B7. Qual a situação profissional da mãe, quando se inscreveu pela primeira vez numa instituição de ensino superior portuguesa?

- Trabalhador por conta de outrem
- Trabalhador por conta própria como empregador
- Trabalhador familiar não remunerado
- Desempregado
- Doméstico
- Estudante
- Reformado
- Inválido
- Falecido
- Não sei
- Outro

Outro

--

B8. Qual era o concelho de residência do seu agregado familiar quando se inscreveu pela primeira vez numa instituição de ensino superior portuguesa?

--

Secção C: Ensino Superior Português

No próximo grupo encontra-se um conjunto de questões para recolha de dados sobre o ensino superior português.

C1. Em que ano letivo se inscreveu pela primeira vez numa licenciatura, mestrado integrado ou bacharelato numa instituição de ensino superior portuguesa?

--

C2. Em que instituição de ensino superior portuguesa se inscreveu pela primeira vez numa licenciatura, mestrado integrado ou bacharelato?

--

C3. Qual a licenciatura, mestrado integrado ou bacharelato em que se inscreveu pela primeira vez no ensino superior português?

C4. Durante o período letivo desta licenciatura, mestrado integrado ou bacharelato, habitou ou habita com o seu agregado familiar?

Sim ☐
Não ☐

C5. Onde reside ou residiu?

Residência Universitária ☐
Casa de Familiares ☐
Casa Arrendada ☐
Outro ☐

Outro

**C6. Qual a classificação média com que concluiu o ensino secundário?
Arredonde às unidades.**

10 ☐
11 ☐
12 ☐
13 ☐
14 ☐
15 ☐
16 ☐
17 ☐
18 ☐
19 ☐
20 ☐
Não me lembro ☐

Outro ☐

Outro

C7. Com que provas de ingresso se candidatou a esta licenciatura, mestrado integrado ou bacharelato? Escolha todas as que se aplicam.

Caso selecionei "outro" indique a prova de ingresso e a respetiva nota.

Alemão	☐
Biologia e Geologia	☐
Desenho A	☐
Economia A	☐
Espanhol	☐
Filosofia	☐
Física e Química	☐
Francês	☐
Geografia A	☐
Geometria Descritiva A	☐
História A	☐
História B	☐
História da Cultura e das Artes	☐
Inglês	☐
Latim A	☐
Literatura Portuguesa	☐
Mandarim	☐
Matemática	☐
Matemática Aplicada às Ciências Sociais	☐
Matemática B	☐
Português	☐
Português Língua Secundária	☐
Português Língua não Materna	☐

C8. Qual a nota da prova de ingresso de alemão?

Caso não se lembre escreva "NS".

C9. Qual a nota da prova de ingresso de Biologia e Geologia?

Caso não se lembre escreva "NS".

C10. Qual a nota da prova de ingresso de Desenho A?

Caso não se lembre escreva "NS".

C11. Qual a nota da prova de ingresso de Economia A?

Caso não se lembre escreva "NS".

C12. Qual a nota da prova de ingresso de Espanhol?

Caso não se lembre escreva "NS".

C13. Qual a nota da prova de ingresso de Filosofia?

Caso não se lembre escreva "NS".

C14. Qual a nota da prova de ingresso de Física e Química?

Caso não se lembre escreva "NS".

C15. Qual a nota da prova de ingresso de Francês?

Caso não se lembre escreva "NS".

C16. Qual a nota da prova de ingresso de Geografia A?

Caso não se lembre escreva "NS".

C17. Qual a nota da prova de ingresso de Geometria Descritiva A?

Caso não se lembre escreva "NS".

C18. Qual a nota da prova de ingresso de História A?

Caso não se lembre escreva "NS".

C19. Qual a nota da prova de ingresso de História da Cultura e das Artes?

Caso não se lembre escreva "NS".

C20. Qual a nota da prova de ingresso de História B?

Caso não se lembre escreva "NS".

C21. Qual a nota da prova de ingresso de Inglês?

Caso não se lembre escreva "NS".

C22. Qual a nota da prova de ingresso de Latim A?

Caso não se lembre escreva "NS".

C23. Qual a nota da prova de ingresso de Literatura Portuguesa?

Caso não se lembre escreva "NS".

C24. Qual a nota da prova de ingresso de Mandarim?

Caso não se lembre escreva "NS".

C25. Qual a nota da prova de ingresso de Matemática A?

Caso não se lembre escreva "NS".

C26. Qual a nota da prova de ingresso de Matemática aplicada às Ciências Sociais?

Caso não se lembre escreva "NS".

C27. Qual a nota da prova de ingresso de Matemática B?

Caso não se lembre escreva "NS".

C28. Qual a nota da prova de ingresso de Português?

Caso não se lembre escreva "NS".

C29. Qual a nota da prova de ingresso de Português Língua Secundária?

Caso não se lembre escreva "NS".

C30. Qual a nota da prova de ingresso de Português Língua não Materna?

Caso não se lembre escreva "NS".

C31. Em que fase de candidatura ingressou nesta licenciatura, mestrado integrado ou bacharelato?

1ª ☐
2ª ☐
3ª ☐
Não me lembro ☐
Outro ☐

Outro

C32. Era a sua primeira opção?

Sim ☐
Não ☐

C33. Qual o nome da instituição da sua primeira opção?

C34. Qual a licenciatura, mestrado integrado ou bacharelato da sua primeira opção?

C35. Perante a licenciatura, mestrado integrado ou bacharelato em que se inscreveu pela primeira vez, em Portugal, qual a sua situação?

Em curso ☐
Concluído ☐
Interrompido ☐

C36. Em que ano letivo planeia concluir?

C37. Qual o motivo?

Não era a minha 1ª opção ☐
O programa não estava de acordo com as minhas expectativas ☐
Demasiado dispendioso ☐
Demasiado difícil ☐
Não tive sucesso ☐
Longe de casa ☐
Outro ☐

Outro

C38. Inscreveu-se noutra licenciatura, mestrado integrado ou bacharelato, em Portugal?

Sim ☐
Não ☐

Secção D: Ensino Superior Português (mais recente)

No próximo grupo encontra-se um conjunto de questões para recolha de dados sobre o ensino superior português.

Este grupo apenas se refere a licenciatura, mestrado integrado ou bacharelato, em que esteve inscrito mais recentemente.

D1. Em que ano letivo fez a sua primeira inscrição na licenciatura, mestrado integrado ou bacharelato, em Portugal, em que esteve inscrito mais recentemente?

D2. Em que instituição de ensino superior portuguesa se inscreveu na licenciatura, mestrado integrado ou bacharelato, em que esteve inscrito mais recentemente?

D3. Qual a licenciatura, mestrado integrado ou bacharelato, em Portugal, em que esteve inscrito mais recentemente?

D4. Em que fase de candidatura ingressou na licenciatura, mestrado integrado ou bacharelato, em Portugal, em que esteve inscrito mais recentemente?

1ª	
2ª	
3ª	
Não me lembro	
Outro	

Outro

D5. Durante o período letivo desta licenciatura, mestrado integrado ou bacharelato, habitou ou habita com o seu agregado familiar?

Sim	
Não	

D6. Onde reside ou residiu?

Residência Universitária	
Casa de Familiares	
Casa Arrendada	
Outro	

Outro

D7. Com que provas de ingresso se candidatou a esta licenciatura, mestrado integrado ou bacharelato? Escolha todas as que se aplicam.

Caso selecionei "outro" indique a prova de ingresso e a respetiva nota.

Alemão	☐
Biologia e Geologia	☐
Desenho A	☐
Economia A	☐
Espanhol	☐
Filosofia	☐
Física e Química	☐
Francês	☐
Geografia A	☐
Geometria Descritiva A	☐
História A	☐
História B	☐
História da Cultura e das Artes	☐
Inglês	☐
Latim A	☐
Literatura Portuguesa	☐
Mandarim	☐
Matemática	☐
Matemática Aplicada às Ciências Sociais	☐
Matemática B	☐
Português	☐
Português Língua Secundária	☐
Português Língua não Materna	☐
Outro	☐

Outro

D8. Qual a nota da prova de ingresso de alemão?

Caso não se lembre escreva "NS".

D9. Qual a nota da prova de ingresso de Biologia e Geologia?

Caso não se lembre escreva "NS".

D10. Qual a nota da prova de ingresso de Desenho A?

Caso não se lembre escreva "NS".

D11. Qual a nota da prova de ingresso de Economia A?

Caso não se lembre escreva "NS".

D12. Qual a nota da prova de ingresso de Espanhol?

Caso não se lembre escreva "NS".

D13. Qual a nota da prova de ingresso de Filosofia?

Caso não se lembre escreva "NS".

D14. Qual a nota da prova de ingresso de Física e Química?

Caso não se lembre escreva "NS".

D15. Qual a nota da prova de ingresso de Francês?

Caso não se lembre escreva "NS".

D16. Qual a nota da prova de ingresso de Geografia A?

Caso não se lembre escreva "NS".

D17. Qual a nota da prova de ingresso de Geometria Descritiva A?

Caso não se lembre escreva "NS".

D18. Qual a nota da prova de ingresso de História A?

Caso não se lembre escreva "NS".

D19. Qual a nota da prova de ingresso de História B?

Caso não se lembre escreva "NS".

D20. Qual a nota da prova de ingresso de História da Cultura e das Artes?

Caso não se lembre escreva "NS".

D21. Qual a nota da prova de ingresso de Inglês?

Caso não se lembre escreva "NS".

D22. Qual a nota da prova de ingresso de Latim A?

Caso não se lembre escreva "NS".

D23. Qual a nota da prova de ingresso de Literatura Portuguesa?

Caso não se lembre escreva "NS".

D24. Qual a nota da prova de ingresso de Mandarim?

Caso não se lembre escreva "NS".

D25. Qual a nota da prova de ingresso de Matemática A?

Caso não se lembre escreva "NS".

D26. Qual a nota da prova de ingresso de Matemática aplicada às Ciências Sociais?

Caso não se lembre escreva "NS".

D27. Qual a nota da prova de ingresso de Matemática B?

Caso não se lembre escreva "NS".

D28. Qual a nota da prova de ingresso de Português?

Caso não se lembre escreva "NS".

D29. Qual a nota da prova de ingresso de Português Língua Secundária?

Caso não se lembre escreva "NS".

D30. Qual a nota da prova de ingresso de Português Língua não Materna?

Caso não se lembre escreva "NS".

D31. Perante a licenciatura, mestrado integrado ou bacharelato em que se inscreveu mais recentemente, em Portugal, qual a sua situação?

Em curso	☐
Concluído	☐
Interrompido	☐

Secção E: Expectativas Futuras

Neste grupo encontram-se questões que procuram conhecer as suas expectativas sobre a licenciatura, mestrado integrado ou bacharelato.

E1. Classifique os fatores que influenciaram a escolha da licenciatura, mestrado integrado ou bacharelato em que esteve inscrito mais recentemente.

De acordo com a escala de likert, classifique os fatores que influenciam a escolha da licenciatura em que esteve inscrito mais recentemente.

	Sendo 1 nada importante e 5 muito importante.				
	1- Nada Importante	2	3	4	5 - Muito Importante
Qualidade do programa	☐	☐	☐	☐	☐
Reputação do programa	☐	☐	☐	☐	☐
Posição do programa em Rankings relevantes	☐	☐	☐	☐	☐
Empregabilidade do programa	☐	☐	☐	☐	☐
Opinião ou recomendação de familiares ou amigos	☐	☐	☐	☐	☐
Localização	☐	☐	☐	☐	☐
Custo do estudo (propinas, material de apoio, outros)	☐	☐	☐	☐	☐
Desenvolvimento de aptidões profissionais, pessoais ou intelectuais	☐	☐	☐	☐	☐
Versatilidade dos percursos de carreira oferecidos pelo programa	☐	☐	☐	☐	☐
Vantagem remuneratória futura	☐	☐	☐	☐	☐
Emancipação e independência	☐	☐	☐	☐	☐
Vocação	☐	☐	☐	☐	☐

Secção F: Contexto Económico

Finalmente, encontra um conjunto de questões com vista a compreender o contexto económico familiar e pessoal.

F1. Considerando a capacidade financeira do seu agregado familiar, aquando da sua inscrição mais recente numa licenciatura, mestrado integrado ou bacharelato em Portugal,

	Sim	Não
encontra(va)-se em atraso algum dos pagamentos regulares relativos a rendas, prestações de crédito ou despesas correntes da sua residência habitual?	☐	☐
conseguiria pagar uma semana de férias, por ano, fora de casa suportando a despesa de alojamento e viagem para todos os membros do agregado?	☐	☐
conseguiria assegurar o pagamento imediato de uma despesa inesperada de de cerca de 500 euros (sem recorrer a empréstimos)?	☐	☐
conseguiria pagar uma refeição de carne, peixe, vegetariano ou equivalente a cada dois dias?	☐	☐
conseguiria manter a casa adequadamente climatizada ao longo do ano?	☐	☐
conseguiria suportar as despesas de um carro (ligeiro de passageiros ou misto)?	☐	☐
conseguiria substituir um móvel desgastado por novo?	☐	☐

F2. Aquando da sua inscrição mais recente numa licenciatura, mestrado integrado ou bacharelato em Portugal, o rendimento disponível líquido do agregado familiar (do trabalho, de investimentos ou propriedades, de transferências sociais ou de outras fontes), incluindo subsídio de férias e de Natal, corresponderia a que escala?

< 740€ mês	☐
740€ a 1480€	☐
1481€ a 2220€	☐
2221€ a 2960€	☐
2961€ a 3700€	☐
3701€ a 4440€	☐
4441€ a 5180€	☐
> 5181€	☐
Outro	☐

Outro

F3. A nível individual, aquando da sua inscrição mais recente numa licenciatura, mestrado integrado ou bacharelato em Portugal,

	Sim	Não
conseguiria substituir roupas desgastadas por novas (excluindo roupas em segunda mão?	☐	☐
conseguiria ter dois pares de sapatos adequados (incluindo um par de sapatos para todos os climas?	☐	☐
conseguiria gastar uma pequena quantia de dinheiro, semanalmente, em si mesmo?	☐	☐
conseguiria participar, regularmente, em atividades de lazer?	☐	☐
reúne-se/reunia-se com amigos ou família para convívio, pelo menos, uma vez por mês?	☐	☐
tem/tinha acesso à internet, para uso pessoal, em casa?	☐	☐
tem/tinha um computador?	☐	☐
recebe/recebeu bolsa de estudo?	☐	☐
tem/tinha alguma ajuda no pagamento das propinas?	☐	☐

F4. Partilha/Partilhava o computador com algum membro familiar?

Sim	☐
Não	☐

F5. Qual ou quais a(s) ajuda(s) no pagamento das propinas? Escolha todas as que se aplicam.

Familiares	☐
Amigos	☐
Empresas	☐
Outro	☐

Outro

Agradecemos a sua disponibilidade.